

DEBATE 14

TRABAJADORES DE VANGUARDIA



· CHILE
· ECONOMIA
BRASILEIRA



JAN. 74

NESTE NUMERO

O desenvolvimento consequente do trabalho teórico e da luta ideológica são inseparáveis das lutas de massa, tanto no terreno econômico quanto no terreno político. O processo de aprofundamento teórico e de alargamento da discussão sistemática de nosso Projeto de plataforma nos conduz, num mesmo movimento complexo, a desenvolver nosso trabalho organizatório e a tomar posição sobre os grandes problemas do momento. Atuar num nível sem atuar no outro seria para nós ficar aquém das tarefas e dos objetivos que preconizamos no sentido de levar a luta ideológica a um desenvolvimento consequente, de se unir às massas e de contribuir para a reunificação dos marxistas-leninistas do Brasil.

O trágico desfecho da experiência de Unidade Popular no Chile constituiu o fato político maior dos últimos meses para os revolucionários marxistas da América Latina, inclusive para nós brasileiros. A ele consagramos o editorial deste DEBATE-14, ao mesmo tempo que cerramos fileiras em torno de uma larga campanha internacional de solidariedade ao povo e à classe operária do Chile, aos revolucionários em luta e às vítimas do putsch fascista.

A fundamentação e o aprofundamento teóricos de nosso Projeto de plataforma prosseguem neste número com o estudo de A. Silva sobre a Agricultura brasileira e o de F. de Andrade sobre a estrutura da indústria. O texto de A. Silva constitui uma minuciosa análise concreta de uma situação concreta, posto que está articulado em torno do problema do leite, investigando a natureza e as características da crise a que deu lugar recentemente, e que, combinado ao problema conexo da carne, acabou provocando a demissão de Cirne Lima. F. de Andrade apresenta alguns problemas e dados sobre a determinação do nível de desenvolvimento das forças produtivas sociais na indústria nacional e das relações de produção nela existentes, e em especial entre os monopólios estrangeiros, os monopólios nacionais, os monopólios de Estado e o setor não-monopolista.

A divulgação de textos marxistas sobre economia e política do Brasil constituiu sempre um dos objetivos permanentes de DEBATE. O estudo de T. Gerholm e I. Matthis sobre o Sistema colonial brasileiro, inédito em português, se enquadra perfeitamente dentro desta orientação, fornecendo elementos teóricos e históricos para a compreensão do processo de formação de nossa economia.

Publicamos finalmente um importante documento da Ala Vermelha, a Carta política de julho de 1973, no qual estes companheiros realizam um balanço crítico e auto-crítico de sua experiência nos últimos anos e apontam, de maneira muitas vezes convergente com a nossa, as tarefas e os objetivos principais dos revolucionários brasileiros e especialmente dos marxistas-leninistas na situação atual.

Imperativos práticos e uma ordem de prioridade à qual não pudemos nos furtar tornaram impossível publicar no presente número a conclusão do Balanço ideológico de um grupo de ex-militantes da Ala Vermelha e da VPR-1, que vínhamos apresentando a partir do número 9 de DEBATE. Contamos concluí-lo no próximo número.

CHILE : DA UNIDADE POPULAR A RESISTÊNCIA ANTI-FASCISTA

I- Lutar contra o terror fascista no Chile

Os generais traidores que a 11 de setembro de 1973 assassinaram o presidente Salvador Allende, derrubaram o governo de Unidade Popular e dirigiram contra o povo suas bombas e balas criminosas, instalaram e procuram consolidar no Chile, num ambiente de delação, de terror, de sórdido revanchismo das classes dominantes, um regime militar fascista, apoiado pelo imperialismo yankee, pela burguesia e pelos latifundiários chilenos, e por certos setores da pequena-burguesia, transformados em massa de manobra da contra-revolução armada.

A conspiração e a campanha obstinada dos círculos reacionários internos e internacionais contra o governo de Unidade Popular começaram naquela mesma noite de 4 de setembro de 1970, quando foram divulgados os resultados das eleições presidenciais. Durante tres anos a classe operária e todos os setores democráticos e anti-imperialistas do povo chileno conseguiram impedir que as forças reacionárias recorressem com sucesso ao golpe de Estado e à guerra civil. Sem contar os infinitos e quotidianos atos de sabotagem, provocação, quando não terrorismo puro e simples praticados pelos contra-revolucionários durante todo este período, houve ao menos quatro tentativas de putsch militar frustradas: a de Viaux em outubro de 1970, a de Arturo Marschall em março de 1972, a de Alfredo Canales em setembro de 1972 e finalmente o "tancazo" do coronel Souper a 29 de junho de 1973. É desnecessário insistir no fato de que a ação criminosa dos reacionários dentro e fora das Forças Armadas se apoiou sempre na cumplicidade ativa do governo e dos grandes monopólios norte-americanos, notadamente da ITT e da Kenecott, que financiaram amplamente a sabotagem econômica do governo popular e o armamento dos bandos fascistas de Patria y libertad, bem como o movimento da pequena-burguesia reacionária liderada por demagogos histéricos como o "camionero" Villarín. A imprensa internacional noticiou largamente os diversos planos terroristas e de sabotagem visando a criar um "caos econômico e social" que abrisse a via ao putsch militar. O assassinato do general Schneider foi o primeiro de uma longa série de planos conspirativos que acabaram por ter sucesso no dia 11 de setembro de 1973.

Mais de tres meses após o golpe, a junta militar fascista dirigida pelo general Pinochet continua reconhecendo que a resistência da classe operária e dos revolucionários chilenos não esmoreceu. A prorrogação do estado de sítio até junho de 1974 constitui uma prova eloquente de que no Chile submetido ao despotismo militar e ao terrorismo fascista a serviço da reação interna e do imperialismo norte-americano, o povo resiste e luta. O exemplo e as tradições de seus combates passados, seu elevado sentido de organização e de solidariedade de classe, a inspiração de Recabarren, de Salvador Allende, de Pablo Neruda, de tantos heroicos combatentes mortos para que a vida no Chile seja melhor, a extraordinária combatividade de que deu provas sob o fogo dos avioes e dos tanques, defendendo suas fábricas, seus bairros, seus sindicatos e organizações de massa, seus partidos, fazem da classe operária chilena o núcleo central da luta popular contra o fascismo e o imperialismo, pela democracia e pelo socialismo. O governo de Unidade Popular foi derrotado e derrubado, mas o mesmo povo que durante tres anos passou à ofensiva contra os monopólios, os latifúndios e o imperialismo e começou a abrir a via à revolução socialista no Chile, encontrará as formas de recompor suas forças, de reparar a obra de destruição dos gorilas e fascistas assassinos e de passar à ofensiva até a vitória final. Nestes momentos sombrios que o Chile atravessa, e com ele toda a América Latina, que via com razão, na experiência de Unidade Popular a forma mais avançada de luta revolucionária em nosso continente após Cuba, a coesão da classe operária, de seus partidos, e, em torno dela, do povo inteiro,

constituem, dentro da derrota atual e transitória, não somente o penhor e a certeza das vitórias futuras, mas igualmente, e desde já, uma primeira vitória : unidos sob as bombas dos fascistas, sob a brutalidade dos esbirros do Capital, os trabalhadores do Chile estão provando a cada dia a seus algozes que não se conformarão nunca em viver de joelhos.

Esta grande tragédia histórica que se desenvolve sob nossos olhos nos concerne muito mais diretamente do que Vietnã, Palestina e outras grandes frentes de luta entre o imperialismo e os povos oprimidos. Primeiro, pela razão evidente de que ela se passa na América Latina. Depois, porque a ingerência da ditadura militar fascista que subjuga o povo brasileiro foi manifesta, tanto na conspiração que acabou derrubando o governo popular de Salvador Allende quanto na organização da repressão ao heroico povo chileno : a participação de torturadores brasileiros nos "interrogatórios" de prisioneiros nos Estádios de Santiago está arquivada por irrefutáveis testemunhos. Finalmente porque o Chile da Unidade Popular se convertera em abrigo para todos os perseguidos da América do Sul, entre os quais milhares de brasileiros. Por tudo isso, os desdobramentos recentes da luta revolucionária no Chile, a vitória do putsch militar-fascista, a resistência dos operários e do povo chileno, tiveram e continuam a ter profunda repercussão em toda a esquerda latino-americana. Para nós, brasileiros, a experiência da Unidade Popular e o putsch fascista de 11 de setembro constituem portanto um elemento de nossa própria experiência revolucionária. Mais ainda, constituem um grande exemplo histórico do qual é imperativo tirarmos as lições. De resto, o povo brasileiro, malgrado os obstáculos terríveis que enfrenta para exprimir seu ponto de vista, não deixou de manifestar sua solidariedade para com o povo irmão do Chile : discussões em sindicatos, coletas em faculdades e mesmo uma ação violenta de represália contra os escritórios da LAN-CHILE no Rio (atribuída a um comando da ALN) mostraram que operários, estudantes e grupos políticos clandestinos não deixaram passar em silêncio os crimes da junta dos gorilas assassinos.

Os marxistas brasileiros organizados em torno de DEBATE se dispuseram não só a participar ativamente das mais diversas iniciativas práticas de solidariedade ao povo chileno em luta, como também, de maneira mais imediata, a prestar ajuda fraternal às vítimas do putsch fascista, aos presos políticos e aos expulsos e exilados que o povo chileno recebera com alto espírito internacionalista e que agora, junto aos próprios chilenos que deixaram seu país, não encontram em outras partes a mesma acolhida.

É nesta perspectiva, e a partir de uma ativa solidariedade prática, que enfrentamos a tarefa política de tomar posição e abrir discussão sobre o significado geral da experiência de Unidade Popular e da derrota sofrida com o putsch de 11 de setembro. Ao fazê-lo, procuramos compreender, sobre a base da análise concreta da experiência da Unidade Popular e fundamentados nos princípios teóricos e políticos definidos em nosso Projeto de plataforma (que contém obviamente implicações e consequências que transcendem a situação brasileira e se aplicam, em várias questões importantes, ao processo de luta revolucionária da classe operária e do povo do Chile), os ensinamentos desta rica e trágica experiência, sem contudo nos confundirmos com certos círculos políticos pretensamente de "extrema-esquerda", na realidade revolucionários de salão, que do alto de uma empáfia ridícula se atrevem a "dar lições" de Revolução ao heroico povo do Chile e a seus dirigentes, alguns dos quais caídos em combate, outros com a vida ameaçada pelos verdugos fascistas.

II- Democracia, via "não-armada" e partilha do poder de Estado na experiência da Unidade Popular

O programa da Unidade Popular repousava em algumas teses largamente divulgadas embora nem sempre bem compreendidas, e as vezes mesmo deformadas tanto pelos propagandistas dos monopólios quanto por certos críticos "de esquerda". Entre estas teses, estão a da "via não-armada" para o socialismo, a da aliança necessária entre o proletariado e as camadas não-proletárias do povo (inclusive a pequena-burguesia urbana), a da utilização do Estado burguês contra a burguesia, a da superação do caráter capitalista da economia através da criação e fortalecimento da área de propriedade social, etc.

Contrariamente ao que sustentam diferentes círculos de "ultra-esquerda", a tese de que a guerra civil não é uma fatalidade na passagem ao socialismo é perfeitamente compatível com o materialismo histórico e dialético. Com efeito, o grau de violência na transformação socialista de uma sociedade determinada depende essencialmente da correlação de forças entre as duas classes fundamentais da sociedade capitalista, a burguesia e o proletariado, e portanto, depende tanto da capacidade da burguesia em recorrer à violência armada contra os trabalhadores, quanto da capacidade dos trabalhadores em impedir que ela o faça. Este ponto de vista, que nos parece fiel ao espírito do marxismo, foi enunciado no X Congresso do Partido Comunista Chileno: "A possibilidade de nossa revolução se fazer por meios pacíficos, isto é, sem recorrer obrigatoriamente à guerra civil, depende de dois fatores essenciais: da capacidade de resistência do inimigo de classe e da capacidade da classe operária em unir em torno de si a maioria nacional para conquistar pelas eleições ou qualquer outro meio similar o poder para o povo". No plano dos princípios pode-se objetar, contra esta formulação, que o uso da expressão "meios" ou "via" pacífica presta a confusão pois tende a encobrir o fato de que, como diz nosso Projeto de plataforma, "toda e qualquer dominação de classe é violenta". Mas os próprios comunistas chilenos, pela voz de Luis Corvalan, deixaram bem claro que acreditavam "não ser conforme à realidade chamar de pacífica uma luta como a que é desenvolvida no Chile... onde os trabalhadores e as massas populares recorrem frequentemente a greves nacionais, à ocupação de fábricas ou de terrenos para construir suas moradias, e realizam constantemente manifestações de rua que conduzem via de regra a enfrentamentos com a repressão policial, de maneira que muitas conquistas populares só podem ser defendidas ou consolidadas com efusão de sangue ou mesmo com a morte" (Corvalan, intervenção na Conferência Internacional dos partidos comunistas e operários, realizada em Moscou de 5 a 17 de julho de 1969). Por isso mesmo, acrescentou Corvalan na mesma oportunidade, "já há algum tempo não falamos mais em via pacífica ou não-pacífica, mas colocamos o problema em termos de via armada ou via não-armada". Não se trata de jogo de palavras, mas do reconhecimento de que (1) a guerra civil não é uma fatalidade na via histórica de um determinado povo em luta pelo socialismo e (2) que mesmo sendo possível evitar a guerra civil (e trilhar portanto a "via não-armada"), nem por isso a luta de classes deixará frequentemente de assumir uma forma violenta.

Mas isto só esclarece o problema ao nível dos princípios. Ao passarmos ao programa e à tática de um partido operário realizando uma luta concreta numa situação determinada, temos, como diz nosso Projeto de plataforma, "de determinar como a classe exploradora exerce sua dominação (sua violência) sobre as classes exploradas". No caso do Brasil, a luta revolucionária tem de ser principalmente violenta e ilegal devido ao "caráter autocrático e militar da dominação de classe da burguesia monopolista". No caso do Chile a situação não era a mesma. O movimento popular chileno, disse Corvalan em janeiro 1961 em Princípios (órgão teórico do

PC chileno) "em razão das condições históricas concretas de nosso país, desenvolveu-se progressivamente pela via pacífica durante muitas décadas" (como vimos, alguns anos mais tarde, Corvalan chamar de não-armado este desenvolvimento progressivo do movimento popular). Os trabalhadores conquistaram direitos sociais e políticos, impuseram-se no curso objetivo da luta de classes, criando uma situação concreta na qual efetivamente a via não-armada tornara-se possível e mesmo provável. Nestas condições estava pois perfeitamente correto admitir a possibilidade de evitar a guerra civil e justo lutar pela conquista do governo (malgrado o caráter burguês do Estado) com um programa anti-imperialista, anti-monopolista e democrático. O que não é justo é descartar "a priori" a possibilidade de que mude a situação, de que a intensificação da luta de classes crie condições propícias para que a burguesia recorra à guerra civil ou ao golpe militar puro e simples. Corvalan, neste mesmo artigo, previu tal possibilidade declarando que "se as classes dominantes, que não abandonarão o poder sem combater, recorrerem à violência, o movimento popular poderá ser obrigado a trilhar outro caminho, o da luta armada".

Chegamos ao centro da discussão. Sabemos todos que as classes dominantes recorreram à violência no Chile, antes mesmo do dia 11 de setembro de 1973. Sabemos sobretudo -e a análise que a seguir empreendemos sobre a experiência da Unidade Popular o confirma- que as classes dominantes chilenas mostraram a partir de outubro 1972 e mais nitidamente a partir do "tancazo" de 29 junho 1973, que iriam mesmo recorrer à violência aberta, inclusive armada, ao golpe de Estado e à guerra civil, como último recurso para impedir a transformação socialista da sociedade chilena. A partir deste momento a situação geral mudou, e a guerra civil passou a ser uma probabilidade manifesta. Verificava-se a hipótese evocada por Corvalan, obrigando portanto o movimento popular a "trilhar outro caminho, o da luta armada". Todas as forças populares, inclusive os grupos que, como o MIR, não pertenciam à Unidade Popular, haviam declarado que se o golpe viesse, ele seria esmagado ("aplastado"). No entanto, a verdade é que os dois grandes partidos da classe operária, comunistas e socialistas, não foram capazes de tirar as consequências práticas, políticas e organizatórias, determinadas pela nova situação, de iminência do golpe. Não foram capazes de mudar sua tática, de "trilhar outro caminho". Neste sentido, o heroísmo e a abnegação de que deram provas e que os torna merecedores de nosso mais profundo respeito, não devem excluir a apreciação crítica, sem a qual não compreenderemos porque não foi possível responder com novas formas de luta à nova situação criada pelo recurso à violência armada por parte das classes dominantes. A análise concreta do desenvolvimento concreto da luta de classes durante a experiência de Unidade Popular é pois indispensável para que possamos distinguir, nesta grande tragédia histórica, até que ponto a derrota das forças populares e operárias no Chile se explica por uma conjunção de fatores objetivos adversos e onde começam os erros dos partidos e de seus núcleos dirigentes. Não será inútil repetir ainda uma vez que nosso único intuito, nesse esforço de análise e de crítica, é de tirar lições do combate heroico do povo chileno, e não de lhe "dar lições"...

Malgrado o ceticismo de muitos na possibilidade de vitória e de sobrevivência de um governo popular eleito, foi isto que aconteceu. A consolidação do governo Allende deveu-se a curto prazo de um lado à neutralização das camadas médias (cujo principal representante político é o Partido Democrata-Cristão) graças ao sucesso da política econômica aplicada durante o primeiro ano de governo popular e de outro lado à neutralização das Forças Armadas, este segundo resultado estando obviamente ligado ao primeiro, mas dependendo também da defesa explícita por parte de Allende da legalidade constitucional, nela incluído o caráter "profissional e apolítico" do aparelho militar. Inicialmente a questão não era pois

de sobrevivência do governo, mas de sua capacidade de aplicar o programa com o qual fora eleito pelo povo, malgrado a minoria no Parlamento, a hostilidade do Judiciário e o caráter burguês do aparelho de Estado através (e nos limites) do qual tinha de atuar inicialmente. Em síntese, a situação era a de uma partilha do poder de Estado, na qual o proletariado tentava abolir a lógica da acumulação monopolista num contexto em que a burguesia conservava praticamente intactos seus instrumentos específicos de dominação de classe, como os meios de propaganda e de informação, o controle de parcela ponderável do poder econômico e político e poderosos aliados externos que o ajudariam a asfixiar economicamente o país. E sobretudo, a burguesia conservava sua influência junto ao aparelho repressivo, que ela própria construira em vistas de seus interesses como classe dominante. Donde a questão -velha como o marxismo e a luta de classe do proletariado- de "quebrar" a máquina estatal da burguesia, e portanto da dialética entre um programa de reformas profundas, tendentes a alterar o caráter e o conteúdo da base econômica da sociedade, e a persistência do velho aparelho estatal cuja gestão estava parcialmente entregue ao governo popular disposto (e isto o distingue radicalmente do reformismo social-democrata, em que pese o vazio tagarelar dos "esquerdistas") a abolir a dominação de classe da burguesia.

Destruir o aparelho de Estado significa (1) mudar o caráter e a relação deste aparelho com a sociedade; (2) mudar o conteúdo e a forma de atuação dos instrumentos coercitivos que constituem a essência deste aparelho. O fato das Forças Armadas terem se voltado finalmente contra o povo mostrou sobejamente que nenhuma mudança havia ocorrido quanto a seu conteúdo de classe. E não se trata apenas da repressão exercida por elas depois ou a partir do golpe. Trata-se também do fato de que nunca foi realmente possível ao governo popular utilizar as Forças Armadas para reprimir a burguesia. Ao contrário, a maioria dos oficiais contemplou com silenciosa, e as vezes declarada aquiescência os múltiplos atos de sabotagem, provocação, terrorismo, lock-out, contrabando, mercado-negro, etc. com os quais a classe dominante se punha à margem da legalidade republicana para melhor torpedeá-la. Não tendo sido mudado seu caráter de classe, de organização da violência em benefício das classes dominantes, de destacamento especial de homens armados, separados da sociedade e subordinados segundo o princípio do centralismo burocrático, de cega obediência ao superior, a um corpo de oficiais cuja composição de classe era predominantemente burguesa, tudo o que o governo popular de Salvador Allende podia esperar era neutralizar o aparelho repressivo. Não queremos com isto dar a entender que a luta de classes não tenha penetrado nos quartéis, e que por conseguinte a vitória dos fascistas e golpistas era fatal. O simples fato de que durante tres anos o "dispositivo legalista" no interior do aparelho militar tenha funcionado prova o contrário, o que de resto foi confirmado pela intensa resistência ao putsch dentro das fileiras do Exército. Mas de qualquer modo, o mínimo que se pode dizer é que a tática da UP, de dividir politicamente o aparelho militar de maneira a isolar os golpistas acabou superada pelos acontecimentos na medida em que a maioria das camadas médias passou para o campo da contra-revolução burguesa arrastando atrás de si, por um reflexo de classe que há mais de um século Marx analisara em seus escritos sobre a Comuna de Paris, a maioria decisiva da oficialidade.

III- As transformações econômicas e a luta de massas

O programa econômico da UP era anti-imperialista, anti-monopolista e democrático, sua aplicação conseqüente devendo abrir a via ao socialismo no Chile. Correspondia aos interesses objetivos de todas as camadas e classes não-monopolistas da população e implicava em transformações econômicas que liquidariam os tres setores dominantes da sociedade chilena: os agentes diretos dos monopólios estrangeiros sobretudo no chamado "enclave" mineiro, a burguesia monopolista e os latifundiários, de maneira a fazer com que a economia como um todo escapasse à lógica da acumula-

ção monopolista e fosse colocada a serviço do povo. No essencial, as medidas econômicas preconizadas pela UP foram aplicadas (obviamente, com as limitações impostas pela correlação instável de forças entre Revolução e Contra-Revolução) o que significa que a política econômica do governo Allende foi consequente e efetivamente colocou na ordem do dia a transformação revolucionária da sociedade. No entanto a grande burguesia utilizando a fundo seu poder econômico e político conseguiu criar, senão o "caos", as graves desordens das quais a inflação galopante foi a mais manifesta no plano econômico, e que contribuíram decisivamente para abalar o prestígio do governo popular junto à pequena-burguesia e às camadas médias em geral, que haviam inicialmente sido neutralizadas. O programa geral e especialmente o programa econômico da UP previam o isolamento da burguesia monopolista e dos latifundiários, mas finalmente, os setores hegemônicos das classes dominantes conseguiram "in extremis" arrastar em sua luta contra-revolucionária ponderável parcela das camadas não-proletárias da população, inclusive fazendo de algumas delas (foi o caso do histórico Villarín) a ponta de lança da reação.

A originalidade do "processo chileno" residia na concepção de que a transformação progressiva de uma economia regida pelo lucro em uma economia regida pelo princípio da planificação socialista se realizaria concomitantemente ao fortalecimento das organizações proletárias e de massa, permitindo um novo estilo de gestão econômica efetivamente correspondente à elevação do nível de consciência e organização dos trabalhadores. Esta política econômica deveria ser compatível com a aliança de classes que possibilitara a vitória de Salvador Allende em 1970: o proletariado não deveria se isolar. Finalmente era necessária determinação e firmeza na luta visando a romper com a lógica da acumulação capitalista e a aniquilar os inimigos do povo chileno: o imperialismo, a burguesia monopolista e o latifúndio. A recuperação das riquezas nacionais e a nacionalização dos monopólios que controlavam setores-chave da produção abriu a via à formação da área de propriedade social, condição básica para a subsequente transformação das relações de produção.

A estagnação que rondava há muitos anos a economia chilena obrigou no entanto o governo a tomar medidas de curto prazo coerentes com seus objetivos gerais: aumento da produção através da plena utilização da capacidade produtiva existente, o que supunha redistribuição da renda em favor das classes populares e notadamente dos trabalhadores, cujo poder aquisitivo cresceu consideravelmente. No primeiro ano de governo popular estas medidas foram aplicadas com sucesso. Mas para manter o ritmo de crescimento de uma economia cuja estrutura se pretendia transformar, era imperativo manter o nível de investimentos e de emprego, ao mesmo tempo em que se alterava a relação entre produção de bens de consumo e produção de bens de produção no processo geral de reprodução. Com efeito, seria impossível criar a base material para a ruptura da acumulação capitalista sem inversões maciças nos setores de bens de produção e de bens de consumo popular em detrimento do consumo das classes dominantes. (Caso contrário, o crescimento econômico seria uma pura e simples reprodução ampliada capitalista). Os fundos adicionais de acumulação poderiam vir de duas fontes, a curto prazo: do saldo da balança comercial e dos empréstimos externos. A experiência mostrou a que ponto o imperialismo norte-americano e os monopólios locais se empenhavam em bloquear este "fundo de acumulação" de maneira a provocar a asfixia econômica do país. Esta operação não teria tido êxito (o campo imperialista não acompanhou em conjunto os Estados Unidos, como demonstram as negociações do governo popular com o "Clube de Paris" e o campo socialista realizou um importante esforço no sentido de favorecer a consolidação do setor social; além disso, o preço do cobre voltou a subir em 1973) se não tivesse se apoiado na guerra econômica interna movida pela reação, que atingiu seu ponto culminante a partir do "paro patronal" de outubro 1972.

O setor de transportes era no essencial controlado pela empresa privada, e em especial por pequenos proprietários cuja expropriação não fora sequer cogitada pela UP (o que de resto era perfeitamente correto à luz dos objetivos táticos e programáticos do governo popular). Mas este setor não-monopolista da burguesia ocupava um lugar determinante no processo produtivo, já que assegurava a transferência de matérias-primas e insumos industriais em geral entre capitalistas. Como se sabe, os milhares de "camioneros" chilenos estavam agrupados num "gremio" que logo passou a fazer cerrada oposição à UP, influenciando decisivamente outro setor da pequena-burguesia, os comerciantes agrupados no CIDECO. Estes dois setores desencadearam conjuntamente o "paro patronal" de outubro 1972, secundados pelas empresas de transportes coletivos. Também é bastante conhecida a resposta operária a esta ofensiva contra-revolucionária no terreno da luta econômica: durante 40 dias massas imensas de trabalhadores caminharam muitos quilômetros até seus locais de trabalho, ocupando as fábricas cujas patroões haviam aderido ao "lock-out" e estimulando o trabalho voluntário em todo o país. Esta iniciativa revolucionária das massas foi vitoriosa, e o MAPU espelhou um sentimento geral dos trabalhadores ao espalhar cartazes que diziam "patroões, fiquem em casa porque o país não precisa de vocês". O controle operário e popular se fez sentir tanto na produção quanto na distribuição: o abastecimento popular foi garantido pelas organizações de massa (JAPs, Centros de Madres, etc.) que saíram muito fortalecidas desta prova. Para evitar sabotagens e atos de terrorismo contra-revolucionário organizaram-se comitês de defesa nas fábricas. Para coordenar as organizações de massa criaram-se os cordões industriais. Malgrado o abalo sofrido pelo aparelho econômico nacional, as forças populares saíram vitoriosas do enfrentamento.

A reação retoma a ofensiva após ser derrotada nas eleições legislativas de março 1973. Perdera a esperança de obter maioria qualificada no Parlamento. Volta-se então, com ódio redobrado, ao terrorismo sistemático, à provocação violenta e descarada. Cria o clima de iminência de golpe. Influencia setores cada vez mais importantes do aparelho militar. Consegue inclusive dividir a esquerda que torna pública sua divergência entre o "consolidar para avançar" e o "avançar sem trançar".

IV- O desfecho da crise: do "tancazo" ao 11 de setembro

De outubro 1972 a junho 1973, à medida que se deteriorava o ambiente político, o governo popular foi perdendo sua autoridade no interior do aparelho estatal que já não podia mais ser partilhado pelas classes antagonistas da sociedade chilena. Como reprimir a arrogância dos capitalistas e os crimes dos fascistas? Para Allende, atuar fora dos marcos da legalidade republicana, que a burguesia respeitava cada vez menos, significaria provocar um golpe de Estado imediato. Donde sua atitude defensiva. A 29 de junho, produz-se o "tancazo". O general Prats ainda dispunha de um eficiente "dispositivo legalista" e o golpe fracassou. A noite, grande manifestação popular de apoio ao governo. Do seio da massa emergem as consignas: "A cerrar el Parlamento!", "Paredón a los golpistas!". Allende pede ao Parlamento o estado de sítio que lhe permitiria, dentro da Constituição, punir os golpistas, reprimir os fascistas sem atribuir às Forças Armadas poderes discricionários. O Parlamento o nega, tornando-se claro que a ala freista da Democracia Cristã estava disposta a dar plena cobertura à sedição reacionária. Allende foi portanto forçado a recorrer ao estado de emergência, o que colocava o país sob controle militar, numa situação em que a conspiração fascista se alastrava como um câncer no interior das Forças Armadas. E efetivamente, os militares exerceram seu controle de maneira cada vez mais inequívoca: estavam em pleno processo de "desneutralização", e os "allanamientos" a que procederam estavam claramente voltados no sentido de desarmar ou bloquear o armamento do proletariado, ao mesmo tempo em que testavam sua capacidade de intervenção e o grau de disciplina da tropa. Situação tanto mais

grave que a reação retoma a ofensiva : nova "greve" dos "camioneros", nova e mais terrível vaga de terrorismo fascista, abalo considerável da economia nacional, quase paralizada, desrespeito aberto e provocativo ao governo popular, inclusive através de manifestos pedindo a renúncia de Allende e incitando a população à sedição. Os "allanamientos" de fábricas, sindicatos, bairros operários, locais partidários, etc. prosseguem com redobrada violência por parte dos militares. Operários são assassinados, vem à luz a repressão na Marinha e a continuidade das articulações golpistas. Os trabalhadores procuram se armar, mas é evidente que não conseguiriam se opor, no terreno estritamente militar, a um Exército profissional, dotado de armamento pesado, bem treinado e equipado, apoiado por blindados e aviação. Compreende-se o esforço de Allende em tentar impedir que as Forças Armadas passem em bloco para o campo da contra-revolução e do fascismo. Mas em torno desta questão os partidos populares acabaram se dividindo.

É sabido que no último ano do governo popular as divergências se acentuaram entre o setor da UP que permaneceu apegado ao programa de governo e o que através da consigna "avançar sem trançar" acabou se aproximando do MIR. O primeiro compreendia a parte do PS próxima a Allende, o PC, o MAPU-Gazmuri e o Partido Radical, a segunda a parte do PS ligada a Altamirano, a Esquerda Cristã e o MAPU-Garretón. Estas divergências giravam em torno da importância a se dar à luta legal, das concessões que poderiam ser feitas em vistas de neutralizar as camadas não-monopolistas, da atitude frente à iniciativas das massas que fossem mais além do previsto no programa de governo (o caso dos cordões industriais), etc. O acirramento das divergências traduzia, evidentemente, a intensificação do enfrentamento de classes e as dificuldades crescentes que a passagem de parcelas importantes da pequena-burguesia e das camadas médias criavam para a UP e em geral para o conjunto do povo, na medida em que alteravam desfavoravelmente a correlação geral de forças entre Revolução e Contra-Revolução. A evolução direitista do freismo, e portanto da maioria da Democracia Cristã, que representava politicamente estas camadas médias foi neste sentido sintomática : Frei deu o aval político ao golpe militar, e esta atitude foi determinante para o desfecho final. Não nos cabe dizer até que ponto a "radicalização" da tendência dita de esquerda do PS, aproximando-se do MIR e avançando palavras de ordem que sem sombra de dúvidas assustavam ainda mais as camadas médias e sobretudo os pequenos proprietários facilitou a formação do bloco reacionário que acabou isolando o proletariado e criando as condições do sucesso golpista. A tendência a atribuir ao "aventureirismo esquerdista" a responsabilidade da derrota constitui uma solução de facilidade : afinal, a formação dos cordões industriais correspondeu a uma iniciativa das massas embora tenha assustado a pequena-burguesia...

Quanto ao setor que permaneceu fiel ao programa da UP, não resta dúvidas de que os três anos de governo popular e as profundas reformas de estrutura que realizou mostram que foi justo buscar uma larga aliança das camadas não-monopolistas da população, inclusive fazendo certas concessões às camadas médias a fim de evitar que elas passassem ao campo da contra-revolução. Mas é evidente que este setor acabou sendo superado pelos acontecimentos e que não foi capaz de tirar a tempo útil as consequências do fato de que o regime de democracia burguesa, no interior do qual o proletariado tinha conseguido inúmeras conquistas, havia se tornado incapaz de resistir à intensificação da luta de classes. Na prática, é verdade, o PC por exemplo, passara, senão a apoiar ao menos a aceitar os cordões industriais, e se não centrou sua propaganda em torno da resistência armada ao golpe iminente, passou efetivamente a armar suas bases. Mas -salvo esclarecimentos em sentido contrário por parte dos companheiros chilenos, cujo pronunciamento é insubstituível- foi sob o signo da dispersão dos esforços e das recíprocas reservas, que os partidos e forças revolucionárias chegaram ao enfrentamento de 11 de setembro.

Estas divergências não teriam sido tão graves quanto a suas consequências, numa frente pluripartidária como a UP, se a situação não tivesse se deteriorado tanto e se o golpe não fosse iminente. Mas, a partir do "tancazo" notadamente, a falta de uma orientação política e tática coerente, a ausência de uma rígida "unidade de vontade e de ação", prejudicaram grandemente as forças populares e deixaram a iniciativa nas mãos da contra-revolução fascista. Quando uma ala negocia e a outra denuncia, quando o esforço de armamento e de auto-defesa em vista da resistência revolucionária não é feito conjuntamente, torna-se impossível atuar de todas as formas e em todas as frentes ("dialogando", fazendo concessões, mas ao mesmo tempo preparando-se para o enfrentamento iminente e violento). Se há uma constante na teoria leninista do partido revolucionário da classe operária é justamente esta exigência de que ele sintetize, coordene e oriente as diferentes formas e níveis de luta adequados à situação concreta e lhes dê um rumo coerente. Seria ridículo resumir a imensa experiência da UP na constatação de que "faltou o partido revolucionário", embora grupúsculos de diletantes de "extrema esquerda" tenham assim "sintetizado" as "lições" do governo de Salvador Allende. Mas assim como consideramos que o programa da Unidade Popular aprofundou a luta de classes no Chile, elevou infinitamente o nível de consciência e de organização do proletariado e de todas as forças revolucionárias da sociedade chilena e teve mil vezes razão em utilizar plenamente as formas de luta legal que efetivamente correspondiam às condições históricas, sociais e políticas do Chile, constatamos igualmente que os partidos da UP e notadamente aqueles que por serem operários e marxistas tinham as responsabilidades históricas inerentes a esta dupla condição, superestimaram sua própria capacidade de impedir por meios pacíficos e legais que a burguesia recorresse à contra-revolução armada, e deram prova de falta de iniciativa revolucionária ao concentrar sua propaganda e sua tática na defesa por métodos legais e pacíficos de uma legalidade constitucional que o inimigo de classe convertera em mero pedaço de papel...

Era perfeitamente justo que o proletariado e seus aliados assumissem a defesa das liberdades democráticas e desmascarassem o golpismo da burguesia e que portanto não assumissem eles próprios uma atitude golpista. (É de resto sintomático que todas as "justificações" reacionárias do golpe fascista façam apelo a seu caráter pretensamente "preventivo" e inventem a grotesca calúnia de que estaria em preparação um chamado "golpe de Praga"). Não cabe a nós, que fazemos questão de ficar a milhões de quilômetros de distância dos que prodigam "lições de revolução" à classe operária chilena, dizer como deveria ter sido posta em prática a defesa revolucionária da democracia no Chile. Convocação urgente de um plebiscito, denúncia pública do golpe militar em preparação, seriam medidas que embora acelerando as articulações dos fascistas e da reação burguesa em geral e precipitando talvez o dia do grande enfrentamento, teriam provavelmente permitido que as forças populares nele se apresentassem com maior iniciativa e portanto em melhores condições.

Cabe aos revolucionários chilenos, e especialmente aos marxistas-leninistas, precisar estes pontos e responder a estas questões, elaborando um balanço global de sua experiência assim como uma análise completa e consequente das causas da vitória -temporária- do fascismo. Ninguém pode substituí-los nesta tarefa. Cumprindo-a, eles farão aquilo que, de nossa parte, de há muito preconizamos e buscamos realizar no nosso caso brasileiro: aprender com nossas próprias derrotas, senão com nossos próprios erros e prosseguir na luta até a vitória final.

A AGRICULTURA BRASILEIRA : I- A crise do leite.

A.Silva

A renúncia do ministro Cirne Lima em princípios do mês de maio de 1973 constitui um desses fatos a serem discutidos e analisados com profundidade se se quer conhecer as manifestações concretas das forças sociais em luta no Brasil. Não é difícil concluir-se que o Sr. Cirne Lima expressou com sua renúncia uma derrota de interesses latifundiários contra os da grande indústria. Sua posição social, as associações de classe que o apoiaram, e mesmo sua carta-renúncia, dão os sinais essenciais para tal conclusão. (1)

Examinando mais de perto os conflitos que precederam imediatamente a renúncia, podemos constatar que as declarações e tomadas de posição do ex-ministro expressavam não somente interesses latifundiários. Por exemplo, quando se batia pela elevação do preço do leite. Não que êle pudesse representar uma espécie de "sagrada união" entre diferentes classes e camadas do campo, como de resto êle tenta com um certo "radicalismo" em sua famosa carta. Mas, a luta pelo aumento dos preços agrícolas, nas condições do capitalismo, tem êsse poder milagroso de unir as mais diversas camadas do campesinato, dando a chance às classes dominantes de melhor administrar e exploração dos camponeses pobres. Justificaremos tal afirmação no decorrer dêste trabalho. Nosso objetivo é contribuir para a análise das diferentes camadas de nosso campesinato através dos indicadores que podemos obter com a observação da crise do leite. Êsse estudo poderá ser desenvolvido com a análise de cada setor da atividade agrícola (soja, algodão, trigo, açúcar, avicultura, etc). Era nossa intenção apresentar no presente artigo algumas conclusões sobre a pecuária de corte. Adiamos por falta de espaço.

Pretendemos assim romper com os hábitos "geométricos" de análise que consistem basicamente em falar de diferentes forças sociais sem jamais buscar tais conceitos em dados e fatos concretos, ou seja, nas manifestações reais de tais classes e camadas sociais. Nosso projeto de plataforma apesar de indicar a necessidade de um esforço nesse sentido, nem sempre conseguiu evitar um certo "doutrinarismo". No entanto, não queremos cair na recíproca de tal desvio, como fazem alguns, que sob a bandeira do anti-doutrinarismo caem no eclétismo o mais deslavado. Cabe portanto aos companheiros julgarem até aonde conseguimos corrigir tais vícios nas críticas que puderem enviar à nossa plataforma e aos n.os 13 e 14 de DEBATE.

Algumas advertências se fazem necessárias. Boa parte dos dados que usamos neste estudo foram recolhidos nos jornais do Rio e de São Paulo, do primeiro semestre de 1973. Evitamos as citações que seriam demasiadamente enfadonhas, procurando dar as referências mais importantes. As citações do Capital são feitas com base na edição francesa (Ed.Sociales), as referências aos capítulos sendo indicadas para facilitar a utilização de outras edições.

1. O período que precede a crise de abastecimento.

Os produtores de leite falam em suas reclamações de "descapitalização" desse setor da pecuária. Contrariamente ao que acontece com o corte, as razões de suas inquietações não vinham dos obstáculos a lucros excepcionais impostos pela limitação às exportações. A produção de leite "in natura" e em pó, assim como seus derivados, é toda consumida no mercado interno, e as tendências à superprodução mundial não indicam que existam chances para que o Brasil venha a exportar tais produtos. No entanto,

(1) ver sobre o assunto: ROBERTO MENDES, "Lo Renuncia de Cirne Lima y el desarrollo del capitalismo en Brasil", Temas y Debates, (11), Santiago-março/junho de 1973.

como o da carne, o preço do leite é tabelado o que faz com que os produtores se mobilizem conjuntamente nas datas fixadas para o reajuste anual. A ação governamental de fixar os preços agrícolas em geral, tem razões objetivas, provenientes da contradição entre a agricultura e a indústria quando o modo de produção capitalista desenvolve sua dominação, como tentaremos expor ao longo deste artigo. Basta aqui lembrar que mesmo os países que praticam o chamado "realismo do mercado" para a maioria dos produtos industriais, são obrigados a ter uma política autoritária para os preços agrícolas. Com muito mais razões, a questão da fixação desses preços tornou-se um motivo de lutas acirradas, no Brasil. Tendo como meta política a redução da taxa de inflação a 12 % durante o ano de 1973 (1), os tecnocratas da ditadura tiveram um motivo a mais para comprimir os preços dos produtos alimentícios. Mas bem antes dessa meta ser traçada, o preço do leite já não acompanhava a evolução geral dos preços. Não só não acompanhou as taxas anuais de inflação como distanciou-se cada vez mais da evolução dos preços dos insumos do setor (ração, eletricidade, material, produtos veterinários etc.) Com isso, a diferença entre o preço recebido pelo produtor e o custo de produção (chamado "resíduo" pela contabilidade burguesa) foi diminuindo progressivamente.

É preciso esclarecer que o preço pago ao produtor é fixado em seu mínimo pelo governo ao mesmo tempo em que fixa o preço ao consumidor. Conseguir um pouco mais que o preço mínimo depende um pouco do tipo do produto ou de sua destinação ("in natura", em pó, queijo, etc), mas sobretudo da relação de forças entre os produtores e o organismo comprador na região (cooperativa, usina, etc.). Daí a existência de diferentes preços. Seja como for, no momento do reajuste de preço ao consumidor, pecuaristas: grandes, médios ou pequenos, cooperativas: regionais ou locais, usinas e distribuidores privados, unem-se para pressionar o governo para que este fixe o preço máximo possível. A "margem" destinada às grandes empresas transformadoras e aos grandes distribuidores dificilmente é comprometida pela fixação dos dois parâmetros (preço ao produtor e ao consumidor). Dessa forma, são sempre os pecuaristas que estão à frente na hora de lutar por preços altos, o que nem sempre lhes atrai simpatia...

Os últimos anos em que houve um certo surto da produção do leite foram os de 1966-67. O preço fixado permitia ao que tudo indica, a qualquer produtor obter um excedente a seu custo de produção. Mas posteriormente o preço foi comprimido enquanto que as matérias primas e auxiliares continuavam a custar mais caro. A comissão de Pecuária de Leite da FAESP (2) em um documento de novembro de 1970 traçava o seguinte quadro: Tomando como ano de base 1966, e utilizando os índices de preços da Fundação Getúlio Vargas, o preço do leite deveria ser em dezembro de 1968 0,334, ou seja, quase o dobro do preço em vigor na época. Em 1969 o preço assim estimado estaria a 0,384 enquanto que o preço em vigor era 0,316.(3)

Essa situação levou seguramente muitos pecuaristas a mudar de atividade. Mas já aqui podemos fazer uma grande distinção entre eles. Quando o preço do mercado se degrada, quem abandona a produção? O comportamento é diferente segundo o modo de produção. Um pecuarista que esteja inserido em condições capitalistas de produção produzirá enquanto conseguir obter a taxa média de lucro, se for proprietário da terra. Se for arrendatário terá que se sujeitar a dividir o lucro com o proprietário da terra até o fim do contrato de locação ou até conseguir mudar de atividade. Muitas vezes, por ter investido em capital fixo especializado nesse tipo de produção não poderá mudar de atividade a não ser que aceite desvalorizar seu capital. A passagem do pecuário de leite para a pecuária de corte se faz sem muitos problemas se não se investiu recentemente em capital fixo especial (ordenha

(1) em outubro de 1973 já se ouvia falar de 35% nos corredores da FGV !

(2) Federação Agrícola do Estado de São Paulo

(3) O Estado de São Paulo, 22 de novembro de 1970

elétrica, tanques de refrigeração etc.). Para o pecuarista capitalista o limite é o preço de produção (custo de produção + lucro médio).

Mas nem todos os produtores de leite são capitalistas, como veremos mais adiante. Para os pequenos produtores familiares, o limite é o salário que podem obter depois de cobrirem o custo de produção. "O produtor parcelário não tem por barreira o lucro médio do capital, conquanto que o camponês seja um pequeno capitalista, nem a necessidade de uma renda, conquanto que ele seja proprietário da terra. Para o pequeno capitalista que ele é, o único limite absoluto é constituído pelo salário que ele se atribui, dedução feita das despesas propriamente ditas. Enquanto o preço do produto lhe garantirá esse salário, ele cultivará sua terra, indo frequentemente até o ponto de fazê-lo por um salário não excedendo o estrito mínimo vital".(1)

O próprio documento da FAESP deixa entrever essa questão: "Essa desastrosa política governamental não só impediu que muitos produtores obtivessem os recursos necessários para cobrir os custos mínimos de produção e em consequência os impeliu a abandonar essa atividade, como também, por não proporcionar sobre-renda aos produtores mais eficientes, os impediu de investirem em melhorias de rebanho e da propriedade que lhes possibilitasse obter um maior grau de eficiência econômica na produção leiteira". (grifo nosso) (2)

Por "custos mínimos" a FAESP entende o custo de produção mais o lucro médio para os grandes, e o custo de produção mais o salário para os pequenos. Quem, numa situação como na outra, não conseguiu isso, abandonou. Os que conseguiram - por uma produtividade mais elevada proveniente de investimento em capital fixo ou da situação (fertilidade, situação geográfica, etc) - cobrir o salário no segundo caso ou o lucro médio no primeiro, continuaram produzindo sem reinvestir.

Os que abandonaram também não são homogêneos. Alguns passaram para a pecuária de corte ou para o cultivo da soja se as terras o permitiam (área, fertilidade, topografia, etc.). Mas alguns não podiam se converter. Em geral recuaram para uma situação de subsistência, consumindo quase tudo o que produzem. Quem tinha dívidas teve que vender o gado e as vezes a terra.

Essa situação de descapitalização para o setor vinha se arrastando até que a conjuntura do mercado internacional tornou tão favoráveis os preços de certos produtos como a carne e a soja entre outras. Os que tinham terras favoráveis ao cultivo da soja e que exploravam uma área suficientemente extensa para que a cultura fosse rentável, não hesitaram. Idem para os que não podiam passar para o corte sem problemas de ordem financeira (empréstimos, investimentos especiais). Além de tudo, a pecuária de corte exige menos força de trabalho, o que é um grande atrativo para os pecuaristas capitalistas.

Na região de Lins (SP), um dos representantes do sindicato Patronal Rural traça o seguinte quadro: "Uma área de 200 alqueires, na pecuária de corte, exige em médio um investimento anual de 30 mil cruzeiros e ocupa pouca mão de obra. Para a pecuária de leite no entanto, os recursos sobem a 140 mil cruzeiros para a alimentação de 400 vacas e utilização de 11 ordenhadores, casas para os colonos, curral, equipamentos especiais, silos, instalações de água encanada e luz elétrica". Para uma empresa dessa dimensão, a pecuária de corte fornece atualmente taxas de lucro acima da média, e a tendência a uma conversão dos rebanhos leiteiros foi geral. Isso foi eliminando sobretudo os grandes fornecedores de leite.

2. Estrutura de produção

- (1) MARX, Le Capital, livro III, tomo 3, capítulo XLVII. Nota: Marx usa nessa passagem o termo "pequeno capitalista" falando de um camponês detentor de seus meios de produção. Não no sentido de explorador de força de trabalho assalariada, sentido mais preciso da palavra "capitalista".
- (2) documento citado pag. anterior.

2. Estrutura da produção

Durante a crise de abastecimento de 1973, pudemos acompanhar as diferentes reivindicações, reações e medidas concretas tomadas pelas associações de produtores, cooperativas etc. Mas dessas manifestações raramente se infere o peso específico dos pequenos produtores, as condições em que se encontram, e seu comportamento enquanto camada não-capitalista. Para todo o território nacional, os dados necessários para tal análise são difíceis de serem reunidos. No entanto, existem estatísticas sobre o Estado de São Paulo que são bem reveladoras. Mesmo numa região onde as relações capitalistas de produção no campo predominam, como é o interior de São Paulo, a pequena produção mercantil de estrutura familiar representa boa parte dos produtores de leite. Dos 95000 estabelecimentos de pecuária leiteira, 84000 fornecem menos de 100 litros diários. Esses pequenos produtores (88%) são responsáveis por 40% da produção do estado. (1)

Se tomarmos como exemplo a região do Vale do Paraíba, o resultado econômico, (descrito em termos da contabilidade burguesa), dos pequenos produtores comparados aos médios e grandes, é dado no quadro I. Para a grande empresa, o capital variável representa 30% do custo de produção. O que já assinala uma presença importante de assalariados. Para os pequenos produtores a presença eventual de assalariados é praticamente nula. No que se refere a assalariados permanentes, não chega em média a 5% do custo de produção. A mão de obra variável, que não é definida pelos autores do estudo, deve corresponder a diaristas recrutados nas épocas de maior trabalho. Pode corresponder tanto a um trabalho familiar quanto ao trabalho de assalariados temporários. Ela representa em média quase 10% do custo de produção. Essas médias não devem deixar que esqueçamos que quanto menor é a unidade de produção, menor é a presença de assalariados. Por outro lado, o salário atribuído ao trabalho familiar é, em média, 30% do custo de produção total, enquanto na grande empresa ele é inexistente, é claro.

Pelos critérios usados pelos técnicos para a avaliação dos custos de produção, o pequeno produtor estaria sempre em prejuízo, e no entanto eles continuam produzindo. Como mostra o quadro I, para que o pequeno produtor pudesse tirar um salário mínimo em correspondência com as horas de trabalho efetivamente fornecidas pela sua família, o preço do leite teria que subir a 0,837/litro. O que daria evidentemente um sobrelucro ou no mínimo o lucro médio para o fazendeiro capitalista cujo custo de produção total é de 0,515. Mas o preço em vigor em maio de 1973 era 0,65, mais rendimentos indiretos elevava a entrada monetária por litro produzido a 0,78 para o pequeno produtor. Se seu custo total é de 0,837, a única maneira de continuar produzindo é comprimir a única variável comprimível, ou seja, seu próprio salário. Dessa forma ele pode descer até 0,597 (custo efetivo mais depreciação) durante algum tempo, se puder sobreviver do que é produzido em seu próprio sítio. E não há dúvida que muitos chegam até esse ponto, endividando-se, na espera de dias melhores. Com o rendimento do mês de maio de 73, ao invés de 0,240 de salário por cada litro de leite produzido ele obtinha 0,183 (isto é: 0,780 - 0,597; ver quadro I). Isso representa que, nessa data, os pequenos produtores haviam diminuído de 25% em média, o salário que normalmente se atribuíam. E continuam produzindo. Cabe também lembrar, que para um sítio que produza 50 litros diários, o salário familiar mensal é da ordem de Cr. 275,00. O quadro II mostra que a "margem" de 0,261 por litro obtida pelos grandes produtores lhes permitia uma taxa de lucro vizinha de 11,4%.

Como vemos, tanto um como outro tem razões para brigar. Só que os grandes (5% do total) controlando as associações de produtores, apresentam as contas dos pequenos como exemplo para que o preço seja

(1) Situação da Pecuária Leiteira, Secretaria da Agricultura, Campinas - Agosto de 1973.

QUADRO I Estimativa de Resultado Econômico da Exploração do Leite na região do Vale do Paraíba, em diferentes Tamanhos, por Litro de Leite, São Paulo, Maio de 1973

Item	Tamanho (1)					
	Pequena		Média		Grande	
	Cz\$ / litro					
A -- Renda	%		%		%	
Venda do produto	0,650	83,3	0,650	83,7	0,650	83,8
Aumento de inventário	"	"	"	"	"	"
Outros rendimentos (2)	0,130	16,7	0,127	16,3	0,126	16,2
Total	0,780	100,0	0,777	100,0	0,776	100,0
B -- Custo Operacional						
Mão-de-obra variável	0,083	9,9	0,048	7,0	0,023	4,5
Mão-de-obra permanente	0,035	4,2	0,104	15,1	0,126	24,5
Sementes e mudas	0,001	0,1	0,012	1,7	0,001	0,2
Adubos e defensivos	0,003	0,4	0,015	2,2	0,015	2,9
Combustível e lubrificantes	0,027	3,2	0,024	3,5	0,010	1,8
Alimentação	0,243	29,0	0,186	27,1	0,210	40,8
Vacinas e medicamentos	0,024	2,9	0,042	6,1	0,015	2,9
Impostos (3)	0,005	0,6	0,007	1,0	0,004	0,8
Arrendamento de pasto	"	"	0,037	5,4	0,001	0,2
Transporte de leite	0,039	4,7	0,039	5,7	0,020	3,9
Taxas (pró-rural)	0,012	1,4	0,012	1,7	0,012	2,3
Reparos (3)	0,050	6,0	0,032	4,7	0,027	5,2
Utensílios diversos	0,007	0,8	0,013	1,9	0,003	0,6
Custo operacional efetivo	0,529	63,2	0,571	83,1	0,467	90,7
Depreciação (3)	0,068	8,1	0,049	7,1	0,048	9,3
Mão-de-obra familiar	0,240	28,7	0,067	9,8	"	"
Custo operacional total	0,837	100,0	0,687	100,0	0,515	100,0
A-B=Resíduo disponível para remunerar terra, capital e empresário	-0,057	-6,8	0,090	13,1	0,261	50,7
		(-7,3)		(11,6)		(33,6)

- (1) A "pequena" exploração produz menos de 100 l/dia; a "média" produz de 100 a 300 l/dia; a "grande" acima de 300 l/dia.
 (2) Créditos de exploração (venda de animais, de estêrco e sacaria usada, por exemplo)
 (3) Despesa rateada proporcionalmente à renda das atividades da empresa.

OBS. Os valores em porcentagem foram calculados e incluídos nesta edição pela Secção de Administração Rural da DSE/DOT/CATI. Os valores entre parentesis são em relação à renda.

Fonte : Situação da Pecuária Leiteira em São Paulo, Secretaria da Agricultura, Campinas, agosto de 1973.

NOTA.- É interessante apontar a ausência de dados no item "Arrendamento de pasto" para os pequenos produtores. Isso confirma que a maioria esmagadora é formada pelos pequenos proprietários.

=====

QUADRO II Taxa de Retribuição ao Capital na Atividade Leiteira, S. Paulo 73

Região e tamanho da Empresa	Taxa de Retribuição (%)	
	Capital Circulante mais capital fixo de exploração	Capital Circulante mais capital fixo total (2)
Vale do Paraíba		
Pequena	-	-
Média	3,6	1,5
Grande	11,4	4,5

(1) Exclui terra; (2) Inclui terra.

=====

Fonte: Situação da Pecuária Leiteira em São Paulo, Secretaria da Agricultura, Campinas, agosto de 1973

- X -

reajustado segundo o custo de produção do pequeno (0,837) permitindo a eles um sobrelucro que se transformará em renda fundiária. (se exceder o lucro médio após perequação).

Esses 84000 pequenos produtores de leite que estão em situações análogas à média estimada no Vale do Paraíba, fornecem à sociedade um enorme sobretrabalho, contribuindo para a produção de gêneros alimentícios a baixo preço ao consumidor. Quando o governo bloqueia os preços, impelindo-os a reduzir a remuneração de sua própria força de trabalho, está objetivamente criando as condições para a elevação da mais-valia relativa na indústria. Nesse sentido é de interesse da burguesia industrial conservar essa quantidade de pequenos produtores atomizados. Para o governo que representa os interesses do capital, a política é fazer com que os pequenos aumentem a produtividade por incentivos indiretos, conservando a níveis baixos os preços dos produtos que compõem o valor da força de trabalho. " Eu chamo (...) mais-valia relativa a mais-valia que vem (...) da abreviação do tempo de trabalho necessário e da mudança correspondente no tamanho relativo das duas partes que compõem a jornada. Para que o aumento de produtividade faça abaixar o valor da força de trabalho ele deve afetar os ramos da indústria de produtos que determinam o valor dessa força, ou seja, as indústrias que fornecem as mercadorias necessárias à vida do operário, ou os meios de produção dessas mercadorias." (1)

Assim, ao lado do mecanismo de aumento da produtividade na agricultura, uma política autoritária de baixos preços, penalizando a remuneração da força de trabalho dos pequenos produtores, reforça a mais-valia relativa. Essa política de baixos preços depende da correlação de for-

(1) MARX, Le Capital, livro I, 4a. secção, capítulo XIII

ças entre o governo (representante das tendências "gerais e necessárias do capital e não das formas sob as quais elas aparecem") e os produtores. Não é difícil ver que tal contradição pesará mais fácil do lado do governo se determinados produtos essenciais ao consumo alimentar dos operários forem produzidos por pequenos produtores atomizados. De resto, é isso que explica a manutenção da pequena produção mercantil nos países de capitalismo altamente desenvolvido. Mas no Brasil ainda existem empresários capitalistas que produzem leite, empregando mão de obra assalariada e buscando a taxa de lucro média. A ditadura levou isso em conta nas fixações do preço, até pouco tempo atrás. A insistência em baixar a taxa de inflação a 12% levou a um conflito aberto, que não deixa de ser um aviso para tais grandes produtores procurarem uma outra atividade.

Mas nós poderíamos nos perguntar se mesmo alguns pequenos produtores, em situações especiais (localização, qualidade das terras, topografia) não conseguiriam mais que esse salário de miséria se mudassem de atividade (ex: soja). Na verdade existe uma outra razão que os mantém como produtores de leite mesmo nas piores condições: é o fato dessa atividade permitir entradas mensais de dinheiro. A possibilidade de comprar tudo a crédito na cooperativa (ração etc) e receber o saldo no fim do mês, já é uma razão para que muitos se mantenham. Com esse sistema, o saldo mensal da conta do pequeno produtor na cooperativa corresponde quase exatamente à remuneração da força de trabalho familiar. (1) Isso na hipótese dele comprar tudo a crédito. Não é de estranhar que os técnicos em cooperativismo da região de São Luis do Paraitingo (Vale do Paraíba, SP) digam que: "A atividade subsiste graças ao sistema familiar de exploração da pecuária (...) Alguns membros da família trabalham de graça. É esse trabalho não remunerado que repara precariamente os prejuízos". Depois de entrevistar alguns pequenos produtores um jornalista escreve o seguinte: "Muitos pecuaristas de Ribeirão Preto dizem que só continuam nessa atividade porque ela fornece renda mensal garantida, uma vantagem com que não contam as culturas agrícolas ou mesmo a pecuária de corte onde a renda é no mínimo anual." (2) Isso já nos dá uma idéia da lógica distinta da pequena produção mercantil. Ao invés da taxa de lucro, o pequeno produtor procura com a venda de seus produtos garantir a sobrevivência, sua e de sua família. Para isso não pode se lançar em atividades que não proporcionem inclusive entradas mensais de dinheiro.

Alguns outros dados sobre esses pequenos produtores podem ser colhidos nas estatísticas da Secretaria da Agricultura. Dos pequenos fornecedores (menos de 100 litros) 64% estão instalados em propriedades menores de 50 hectares. Comparando-se diferentes quadros fornecidos no estudo citado pode-se chegar à distribuição do rebanho da pequena produção, conforme ao quadro III.

Essa é a situação da pecuária leiteira em fins de 72 princípio de 1973. Abandonam os grandes e médios para se converterem e manter os lucros; abandonam alguns pequenos por estarem em situações especiais de venda de suas poucas terras; abandonam os que chegaram a uma situação de endividamento extrema.

(1) Na análise que faz da diminuição do tempo de rotação do capital, MARX chega a citar um exemplo análogo: "Nos ramos de produção onde o período de trabalho, contínuo ou interrompido, é comandado por condições naturais determinadas, os meios indicados acima não podem provocar redução". E citando W. Walter Good, Political Agricultural and Commercial Fallacies, Londres 1866, Marx transcreve: "Quando se recomenda a essa gentinha de criar bezerros eles dizem: 'Nós sabemos muito bem que a criação de bezerros de leite seria rentável, mas no começo nós seríamos obrigados a desenrolar uma certa quantia, o que nos é impossível; seria necessário em seguida esperar muito tempo a volta de nosso dinheiro, enquanto que a indústria leiteira nos reembolsa imediatamente.'" Livro II, 2a. seção cap.s XII e XIII (grifos nossos)

(2) O Estado de São Paulo, 13 de fevereiro de 1973

QUADRO III - Distribuição do rebanho por extratos de produção.

Extratos de produção	Total de Imóveis	Vacas ordenhadas	Rebanho médio
litros/imóvel diários		(mil cabeças)	(vacas em ordenha)
até 9	35 700	75	2
10 a 19	19 000	100	5
20 a 49	19 300	230	11
50 a 99	10 000	230	23
	<u>84 000</u>		

Nota:- Quadro construído tendo como base o estudo da Secretaria da Agricultura SP - "Situação da Pecuária Leiteira em São Paulo, Campinas agosto de 1973

- X -

3. A crise

Muitos dos grandes e médios produtores continuaram a produzir dado o volume decapital imobilizado em instalações especiais, ou mesmo devido a seleção genética com vistas na atividade leiteira. São estes os que mais vão brigar através das associações que os representam, por um aumento de preço ou por créditos fáceis. São eles que, controlando essas associações e mesmo as cooperativas de suas regiões, fazem-se os porta-vozes do conjunto dos pecuaristas de leite. De qualquer forma, sobre a reivindicação 'preço' todos estarão unidos. Apesar do maior beneficiado ser o grande produtor, ele ajuda e é essencial ao pequeno. O grande produtor sempre consegue mais que o preço mínimo fixado pelo governo pois as fábricas e cooperativas tem interesse em conseguir o maior número de grandes fornecedores o que permite reduzir os custos operacionais (coleta sobretudo). Dessa forma pagam mais aos grandes produtores em detrimento dos pequenos. Esse é um dos mecanismos que permite a exploração do pequeno produtor pelo grande no interior de uma cooperativa. Outro mecanismo é a seletividade do crédito. As vantagens oferecidas pelo Banco do Brasil aos grandes produtores não é só motivada pela preferência de classe dos administradores locais; a própria legislação é dirigida para essa categoria privilegiada. Aliás, um grande número de conflitos entre pequenos e grandes produtores no interior das cooperativas são motivados pelas manobras dos diretores das mesmas para repartir o crédito do governo entre os camponeses ricos em detrimento dos pequenos.

Nada disso impede que todos gritem juntos para conseguir o aumento do preço do leite, é óbvio. Em janeiro de 1973 essa reivindicação era levantada nos seguintes termos pela comissão de Pecuária Leiteira da FAESP: "Para que hoje a margem de lucro seja de 10%, o produtor terá que vender o litro a 0,67." O preço era nessas alturas 0,51. No mesmo documento diziam que o Ministro da Agricultura estava consciente do fato, sendo seu grande problema a meta dos 12% de inflação... Nessa expectativa, muitos mantinham a produção mas reduzida. Deixavam parte das vacas alimentar dire-

tamente os bezerros pois o preço do leite era tão baixo que não valia a pena vendê-lo, mantendo os bezerros com alimento comprado. Essa redução da comercialização, e a auto-subsistência do rebanho é uma maneira de reagir esperando "dias melhores".

Nessa mesma época as organizações dos pecuaristas de leite de Minas Gerais já reivindicava 0,70/litro. Mas o aumento foi só de 12%. No começo de fevereiro, deixando claro que a decisão estava aquém das necessidades dos produtores, o Ministro da Agricultura anuncia tal medida. Passaria-se a pagar ao produtor: 0,57/litro. (0,90 o consumidor). Até o fim do mês de fevereiro o deficit do abastecimento da cidade de São Paulo atingia 300 a 500 mil litros diários, apesar do leite que vinha de Goiás.

Durante todo esse período as associações de pecuaristas, as cooperativas, e mesmo os industriais tentavam conseguir uma revisão do aumento. Contavam com o ministro Cirne Lima que tinha sido voto vencido na reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), e que não estava com boas relações com o ministério da Fazenda há algum tempo... Sobretudo devido a questão da carne e da limitação de exportação para vários produtos agrícolas. O Ministério da Agricultura ensaiava incentivos indiretos aos pecuaristas como forma de apaziguar os ânimos. Alguns grandes produtores chegaram a propor em reunião da FAESP que a petição que tinham elaborado fosse encaminhada ao SNI ao invés do Ministério da Fazenda devido à "intransigência do ministro Delfim Neto. Afirmando que o leite era uma questão de segurança nacional diziam-se dispostos a se dirigir aos comandantes de batalhão de suas regiões. Isso dá uma idéia do clima que reinava já em meados de fevereiro.

A crise de abastecimento serviu também de pretexto para troca de acusações entre patrões de interesses conflitantes. O Sindicato dos Distribuidores de Leite acusava os fábricas de leite em pó. Era uma acusação direta à Nestlé que domina as fontes de fornecimento de leite no interior de São Paulo. Mas as propostas de conciliação começavam a aparecer. Alguns técnicos do Ministério da Fazenda falavam em aumentar em mais 10% o preço ao produtor sem aumentar o preço ao consumidor, ajudando a industria a manter seus lucros de outra forma. Isso seria ainda bem abaixo das reivindicações dos pecuaristas de leite. Esses mesmos técnicos propunham a reidratação do leite em pó para resolver a crise de abastecimento. Mas finalmente a solução adotada foi diferente. É a famosa estória do leite "especial". Adotada pelo Sunab, sem consulta do CMN, tal fórmula possibilitaria cumprir as exigências dos produtores. O leite tipo C continuaria tabelado ao mesmo preço e se lançaria no mercado um leite um pouco mais gorduroso (3,5 ao invés de 3%) chamado especial, que teria o seu preço liberado a 1,30 ao consumidor. A portaria da Sunab exigia que 50% da produção fosse de tipo C para garantir o consumo "das classes populares". Era uma fórmula atraente. Teoricamente, 50% da produção de cada fornecedor beneficiaria de um aumento de 45% o que significava para o produtor depois da ponderação um aumento real ao nível reivindicado, ou seja, 0,69 /litro ao invés dos 0,57 do primeiro aumento concedido.

Essa manobra dos defensores dos interesses agrários na cúpula governamental visava agradar o Ministério da Fazenda e seus auxiliares da FGV pois a tão querida taxa de inflação seria mantida artificialmente uma vez que o leite continuava tabelado (leite C). O aumento real dos preços devido ao consumo doravante forçado, de leite de alto preço, não mudaria os cálculos dos tecnocratas, satisfazendo gregos e troianos, sem pensar nos consumidores de leite C, é claro. A medida até poderia ter funcionado graças à hipocrisia dos fiéis servidores da ditadura militar, se industriais, distribuidores e cooperativas tivessem respeitado os tais 50%. Só quem acordasse muito tarde é que teria que comprar leite "especial" com mais gordura. Mas é óbvio que a possibilidade de conseguir vender quase todo o leite a 1,30 excitou os intermediários, que passaram a fornecer em embalagem especial (cór de rosa) 80% do leite aos supermercados, padarias e bares. Nos bairros ricos tudo continuava bem. Nos bairros populares os conflitos entre consumi-

lores e varejistas se multiplicavam. Todo mundo era obrigado a comprar o tal leite cor de rosa a 1,30. Os jornais fizeram eco das reclamações, os deputados e vereadores encontraram motivo para fazer discursos e propostas, e a opinião pública se ergueu contra a política governamental. O governo não parou a tentar medidas indiretas. O CMN eliminou os impostos que antes impediam a importação de leite em pó, o que fez rugir a Cooperativa Central dos Produtores de Leite (CCPL). O governo limitou também a exportação de farelo de soja para quebrar o preço das rações no mercado interno. Era também uma medida indireta para beneficiar os pecuaristas.

A crise de abastecimento de leite e os protestos públicos contra o chamado leite especial criaram um clima instável que chegou a irritar os gorilas das altas cúpulas dirigentes. A luta entre Delfim Neto e Cirne Lima se tornou praticamente aberta, o primeiro convocando o CMN para revogar a medida tomada sem autorização pela Sunab. O problema tornara-se eminentemente político e só a relação de forças iria resolver. A FAESP resolveu denunciar os intermediários que haviam ludibriado os produtores e consumidores não respeitando a norma dos 50%. Os Sindicatos de Varejistas protestaram e pediram maior fiscalização para que não fossem obrigados a comprar só leite especial. Mas tudo indicava que Delfim venceria e que a portaria cairia. Os industriais se viraram para que não caísse imediatamente pois tinham investido muito no leite especial e os prejuízos seriam grandes... Assim, o CMN resolveu esperar alguns dias dando chance que a "mamata" continuasse um pouco mais.

É nessa altura que surge a demissão de Cirne Lima. No mesmo jornal que dá a íntegra da carta-renúncia lê-se o seguinte: "Será revogada portaria do leite por determinação direta do presidente da República". E alguns dias depois a portaria cai. Durante a sua vigência o abastecimento de São Paulo aumentou de 200 mil litros diários, estando ainda muito aquém do consumo normal (1 milhão de litros contra 1,5 milhão normalmente). Com a posse de Moura Cavalcanti que jura obediência a Delfim Neto, o CMN dá uma série de créditos aos pecuaristas com prazos de 12 anos. Vários comentários são feitos nas entrelinhas dos jornais para deixar claro que todas essas verbas estavam bloqueadas desde fins de 1972, quando o conflito entre os dois ministros havia se agravado. E o que é surpreendente, o CMN resolve fixar a 0,65 o preço do litro de leite pago ao produtor, mantendo o tabelamento do leite C a 0,90 ao consumidor. O produtor se vê assim beneficiado em relação ao aumento obtido em janeiro, embora não seja ainda o que reivindicava: 0,70. Para não descontentar demais os transformadores do produto (Coops, Ind. e Distrib.), diminuiu-se o IGM de 4,5 a 1,5% para eles. Durante a reunião desses com Delfim Neto houve mesmo ameaças por parte de um diretor de cooperativa. Mas tudo indica que Delfim Neto manteve uma posição de força. Em declaração aos jornais ele afirma após tal reunião: "Quanto às margens de intermediação é claro que não se poderia manter a mesma proporção anterior, ou seja, 40% do valor do produto."

Foi portanto decidido o seguinte: dos 0,90 pagos pelo consumidor, 0,65 vão ao produtor, 0,053 para a usina regional e 0,197 para o transportador e distribuidor final. Na verdade essas proporções vão variar entre os intermediários segundo vários tipos de circuito. Vão variar também segundo a relação de forças. Mas isso vale também para o produtor conseguir na sua região mais que o preço mínimo. Portanto o cálculo exato sobre a margem que fica com a coop., com o distribuidor e com o transportador é quase impossível. Mas uma comparação dá para fazer. Segundo a revista Visão (1) em São Paulo durante o ano de 1971 o produtor recebia 61% do preço pago pelo consumidor. Segundo os dados acima ele passa a receber 72%. Se isso é possível agora, e não significa a falência dos industriais e distribuidores (muito menos do varejista que fica no máximo com 4%), também era possível antes da crise. É mais uma confirmação do mecanismo básico de repartição da mais valia social em detrimento da agricultura. As elevadas taxas de lucro dos intermediários do leite existem graças ao trabalho gratuito das famílias

dos pequenos produtores, do sobretrabalho dos assalariados agrícolas e mesmo dos patrões que participem do processo produtivo nas médias empresas agrícolas.

Mas apesar de tais medidas, a crise de abastecimento estava longe de ser resolvida. Mesmo se os preços são mais condizentes para os produtores, a produção não pode aumentar 50% do dia para a noite, o que seria necessário em São Paulo por exemplo. E a crise tem raízes na conversão dos rebanhos e portanto vai durar muito para ser resolvida. O Plano de Delfim Neto precisava de outros aliados pois os transformadores e distribuidores do leite "in natura" estavam bravos depois de tais medidas. Quem foi o grande aliado? As fábricas de leite em pó, principalmente a Nestlé em SP. É um aspecto interessante - uma empresa transnacional como a Nestlé, que acumula a experiência de explorar os pequenos produtores europeus há bastante tempo, planeja a exploração de uma maneira diferente. Ela instala usinas em regiões afastadas dos grandes centros produtores, onde não sofrerá a concorrência de cooperativas que queiram comercializar o leite "in natura". Além disso estabelece contratos com os pequenos produtores atomizados dando financiamento para que instalem tanques de refrigeração. A elevada concentração de capital de que dispõe permite processos de transporte e transformação com produtividade bastante elevada. O essencial é conseguir monopolizar as fontes de abastecimento usando essas armas: escolha da região, financiamento, fornecimento de rações, assistência técnica especializada, veterinários etc. O contrato estipula o preço a pagar que é calculado de forma a garantir que o pequeno produtor reembolse suas dívidas em relação à empresa e consigo ter um salário. O pequeno produtor fica com os riscos que impõe o processo produtivo tal qual ele se possa na agricultura, se encarrega da parte do produto final que não dá lucro, e é obrigado a fornecer o leite à empresa. Desse modo, a Nestlé, com suas 8 usinas possui 16 mil fornecedores "próprios", amarrados por um contrato. Em São Paulo elas se situam nas regiões de Araras, Porto Ferreira, Araraquara e Araçatuba. Além disso normalmente a Nestlé compra leite das pequenas coop.s de outras regiões.

Delfim Neto apelou justamente para a Nestlé. Propôs o seguinte - dava todas as vantagens para a Nestlé importar leite em pó (4 mil toneladas) que é bem barato no mercado mundial. Em troca forneceria o leite recolhido em suas usinas aos grandes atacadistas do leite "in natura". Em São Paulo o acordo se fez com a Leite Paulista, Vigor, Leco, União e Alves Azevedo. Mas apesar disso, no fim de junho o déficit em SP continuava em 300 mil litros diários.

Os produtores, satisfeitos com o aumento que haviam obtido brigavam entre si para conseguir os créditos liberados. No Estado do Rio por exemplo, a secretaria da Agricultura chegou a só dar os créditos decididos no CMN para uma das regiões leiteira, o que motivou protestos dos pequenos produtores que se viram prejudicados. Além disso, os técnicos estão lançados num plano a longo prazo para resolver a questão. Aham que a solução é incentivar a produção de leite nas regiões distantes dos centros urbanos subsidiando a rede de câmaras frigoríficas necessaria. Com a localização das fazendas em zonas mais afastadas os custos de produção cairiam pois a terra é mais barata. Sejam quais forem os planos a serem postos em prática, o pragmatismo do Ministerio da Fazenda revelou as opções nítidas da ditadura. Favoreceu sempre os intermediários, e industriais, contra os pecuaristas. Até a crise que colocava em xeque o preço de um produto básico na lista dos que entram na composição do valor da força de trabalho. Quando o abastecimento ficou realmente ameaçado, quando protestos públicos tornaram o preço do leite uma questão política grave, e quando a própria meta da inflação virou piada, a ditadura apertou os pequenos e médios industriais e se virou num acordo com um monopólio estrangeiro e as grandes distribuidoras. Isso porque apertar mais ainda os pecuaristas comprometeria por muito tempo o abastecimento de leite o que tenderia mais cedo ou mais tarde a um aumento do preço de consumo.

4. Análise da crise

Podemos constatar que todas as contradições manifestadas durante a crise tem por centro de gravidade o preço do litro de leite. Essa questão nos envia diretamente à teoria da formação dos preços e suas particularidades no que se refere à agricultura. O essencial nessa questão é compreender que só excepcionalmente o preço de mercado de um produto agrícola atinge o seu valor. A baixa composição orgânica dos capitais na agricultura implica em valores individuais dos produtos muito mais altos que seus respectivos preços de produção. A luta entre os agricultores e pecuaristas de um lado e a burguesia industrial do outro, situa-se portanto frequentemente na fixação do preço de mercado. Quanto mais elevado fôr o preço de mercado em relação a seu preço de produção, maior é a parte do sobre-trabalho agrícola que é abocanhada pelos capitalistas agrícolas. E inversamente, quanto maior for a diferença entre o preço do mercado e o valor das mercadorias agrícolas, maior é a transferência de sobretrabalho para o resto da sociedade.

Falando do capitalismo em geral, sob a hipótese de um desenvolvimento acentuado desse modo de produção, Marx escreve: "Mas, quando as mercadorias são vendidas a seu valor, taxas de lucro bem diferentes se estabelecem(...) nas diversas esferas de produção; essas diferenças são devidas à composições orgânicas diferentes das massas de capitais investidos nessas esferas. Mas é um fato que o capital abandona uma esfera a taxa de lucro pouco elevada e se precipita sobre aquela que comporta uma taxa de lucro mais importante. Por esse vai-e-vem perpétuo, pela maneira em que ele se distribue entre as diferentes esferas segundo que a taxa de lucro baixa aqui e aumenta ali, o capital provoca uma relação entre a oferta e a procura tal que ele introduz a igualdade do lucro médio nas diferentes esferas de produção. O capital realiza mais ou menos essa igualização; ele a realiza tanto melhor quanto maior fôr o desenvolvimento do capitalismo numa comunidade nacional dada, isto é, que as condições do país em questão sejam melhor adaptadas ao modo de produção capitalista. A medida que esta (produção capitalista progride, as condições se desenvolvem, ela submete todos os dados da sociedade na qual se desenrola o processo de produção à seu caráter específico e à suas leis iminentes(...) Mas o nivelamento, ele mesmo, se choca à dificuldades maiores ainda quando numerosas e importantes esferas de produção nas quais a exploração não é capitalista (como por exemplo a agricultura dos pequenos camponeses) se intercolam entre as empresas capitalistas e se entrelaçam a elas".(1) (grifos nossos, AS)

A mobilidade do capital e da força de trabalho não são favorecidas pela resistência que a pequena produção mercantil oferece ao desenvolvimento do capitalismo, a igualização da taxa de lucro é obstaculizada. Isso não significa, é claro, que o capitalismo não se desenvolva, muito pelo contrário, mas ao invés de dissolver as formas de produção anteriores, ele as submete como é a expressão de Marx mais acima. É dentro desse quadro geral que devemos desenvolver a análise da pecuária leiteira no Brasil, ou seja, da dominação do modo de produção capitalista sobre a pequena produção mercantil. Cabe-nos portanto examinar os múltiplos aspectos sob os quais se operou a articulação entre esses dois modos de produção. Um aspecto básico é o preço pago ao produtor.

A relação entre o preço de produção de uma mercadoria e seu valor é exclusivamente determinada pela relação existente entre as frações variável e constante do capital que serve a produzir. Se, como é o caso da pequena produção leiteira, a quantidade de horas trabalho fornecidas, é, em relação à fração constante do capital avançada para pagar os meios mate-

(1) Livro III, tomo I, 2a. secção, capítulo X

riais de trabalho, maior do que no caso do capital social médio, então o valor de seu produto deve ser superior a seu preço de produção. Isso significa que o 'capital' do pequeno produtor mercantil, empregando mais trabalho vivo, produz mais mais-valia que uma parte alíquota de mesma grandeza do capital social médio. O valor de seu produto é, conseqüentemente, superior a seu preço de produção, pois este é igual ao capital avançado mais o lucro médio, e que o lucro médio é inferior ao lucro que deveria ser obtido por tal mercadoria. Isso é verdade sobretudo para a média empresa rural, que mesmo empregando assalariados, tem ou continua a ter uma composição orgânica inferior à média. No caso do pequeno produtor, falar de 'capital', 'mais-valia', 'lucro médio', é bastante impreciso. Na verdade, como já explicamos, a lógica da pequena produção reside mais em obter além do custo de produção, a remuneração de seu trabalho, do que de um lucro médio além do custo de produção que já inclui o capital variável, isto é os salários pagos. Ou seja, para o pequeno produtor o custo de produção não inclui o seu próprio salário e o de sua família. É a diferença entre suas despesas e o preço obtido que constituirá o salário familiar. Mas o que nos interessa aqui é realçar que a maioria das empresas agrícolas, e sem dúvida alguma a maioria dos pecuaristas de leite sejam eles pequenos, grandes ou médios, possuem uma composição orgânica inferior ao capital social médio. A mais-valia, ou melhor o sobretrabalho produzido no setor é maior que a mais-valia produzida pelo capital social médio.

Essa é a razão básica para a fixação dos preços agropecuários pelos governos. Se os preços agrícolas seguissem a simples concorrência teriam tendência a se estabelecerem a níveis demasiadamente altos, mesmo além do preço de produção médio da esfera. É importante ter em mente que o grande produtor capitalista luta para que o preço de mercado seja fixado ao nível do preço de produção das empresas menos eficientes. Em regime de concorrência, bastaria que a procura fosse um pouquinho maior que a oferta para que isso acontecesse. O preço de mercado se estabeleceria portanto a níveis mais elevados que o preço de produção médio da esfera, e o sobretrabalho agrícola seria apropriado pelos próprios empresários rurais e proprietários da terra, escapando assim à burguesia industrial uma fonte importante de acumulação. Marx diz mesmo que "se a procura ultrapassar mesmo de pouco a oferta, é o valor individual das mercadorias produzidas nas condições desfavoráveis que regula o preço de mercado"(1). No caso do grande produtor capitalista, podendo vender seu produto nessas condições, ele se apropriaria de um sobrelucro proveniente da diferença do preço de mercado e de seu preço de produção. "Esse sobrelucro poderá se converter em renda e, como tal, pretender a uma existência independente do lucro"(2) Se ele não for proprietário da terra que explora, o proprietário reclamará o direito sobre essa renda, o que conseguirá sob a forma de aluguel, preço da terra ou mesmo usura se for o financiador. Nesse caso, essa fração do sobretrabalho que constitui a renda escapará à repartição geral da mais-valia.

Mas, enquanto a renda não igualar a diferença entre o valor dos produtos agrícolas e seu preço de produção, existirá sempre uma fração desse excedente que participará à repartição geral e proporcional de toda a mais-valia entre os diferentes capitais individuais. "Se bem que a propriedade fundiária possa fazer subir o preço dos produtos agrícolas acima de seu preço de produção, não é ela, mas a situação geral do mercado que decide até onde o preço de mercado ultrapassará o preço de produção para chegar perto do valor, e em que proporção a mais-valia agrícola produzida além do lucro médio se convertirá em renda ou entrará no sistema geral da repartição da mais valia para dar o lucro médio."(3)

(1) Livro III, tomo I, 2a. seccção, capítulo X

(2) Livro III, tomo III, 6a seccção, capítulo XLV

(3) idem

A fixação dos preços agrícolas pelo Estado em todos os países capitalistas é pois a maneira encontrada pela burguesia para impedir que o preço de mercado ultrapasse o preço de produção das empresas mais eficientes fazendo dessa forma com que parte da mais-valia social não participe da repartição geral. O tabelamento dos preços ao consumidor e o acôrdo sobre os preços mínimos pagos ao produtor são os mecanismos encontrados e cada reajuste desses preços reflete a luta surda entre a burguesia industrial de um lado, e os proprietários fundiários do outro (sejam simples proprietários ou empresários capitalistas-proprietários). É claro que nessa luta, em momentos de reajuste, os pequenos camponeses se unem aos latifundiários e empresários, para que o preço aumente o mais possível. É, aliás, o que permite o ex-ministro Cirne Lima falar em nome de todos sendo que na realidade representa essencialmente os interesses latifundiários. A manipulação das associações rurais pelos latifundiários e empresários capitalistas agrícolas é feita com vista nessa frente a ser estabelecida na hora do reajuste. As contradições entre essas diversas classes (proprietários fundiários, capitalistas agrícolas, pequenos camponeses e assalariados agrícolas) vai se dar ao nível da repartição da mais-valia social que coube à esfera agrícola. Nêsse nível só a correlação de forças pode jogar. Nos países onde os arrendatários constituem uma força política organizada, a rende tende a baixar pelo menos em sua forma nominal: aluguel da terra. A organização e implantação dos sindicatos rurais, dos cooperativas de pequenos produtores, ou mesmo o contrôle das associações por produto, podem modificar as condições dessa repartição do sobre-trabalho. A organização dos assalariados agrícolas com muito mais razão.

Um outro aspecto pode ser abordado. Nada impede que a fixação dos preços seja desigual, favorecendo um tipo de produto e penalizando outro. Ou seja, nada impede um arranjo entre capitalistas para que seja dado tratamento preferencial para certas atividades, aumentando a "extração" de mais valia de outras. Isso aconteceu historicamente com a maioria dos países capitalistas que, para manterem certos produtos a um preço alto sem aumentar o preço ao consumidor (o que pesaria negativamente no aumento da mais-valia relativa) fazem com que o Estado cubra a diferença de preços fazendo assim com que os "contribuintes" em geral paguem a diferença.

O leite é um dos produtos agrícolas que pelas próprias características naturais do processo produtivo é mais adaptado a unidades de tipo artesanal. Apesar dos inúmeros progressos técnicos ao nível da genética (seleção), da alimentação, postos artificiais, etc, essa atividade exige uma quantidade de força de trabalho por unidade de produto que impede, por assim dizer, sua "industrialização" efetiva. Mesmo nas regiões de progresso técnico avançado, um homem pode no máximo cuidar de 40 vacas. Nessas regiões devido a alta produtividade e ao nível dos salários, a produção de leite ficou "reservada" à pequena produção familiar. No Brasil, aproveitando dos baixos salários, e mesmo da existência de relações de trabalho do tipo "morrador", "colono", e corvéias, etc, alguns capitalistas podem manter um rebanho de 400 vacas em produção, numa mesma fazenda, sem que isso signifique uma transformação na organização social do trabalho. Cada ordenhador se ocupa de "x" vacas, e o processo produtivo nessa empresa é a simples soma de "y" unidades artesanais sob a égide de um capitalista. A grande empresa continua na pecuária leiteira enquanto é possível uma super-exploração dos trabalhadores agrícolas. Esse não é o caso para todos os produtos. Muitas vezes o progresso técnico permite uma transformação completa do processo de trabalho (grandes culturas mecanizadas) desenvolvendo a força produtiva, reduzindo o trabalho vivo e aumentando a produtividade ao mesmo tempo.

Examinando as condições da crise do leite, podemos constatar que além das razões de compressão dos preços agrícolas provenientes da luta constante entre os interesses industriais e dos proprietários

da terra, uma razão imediata, a inflação, levou a ditadura e seus tecnocratas a agudizarem essas contradições. Se a tendência continuar, os capitalistas que investiram na pecuária leiteira se desinteressarão progressivamente convertendo suas propriedades o que reservará essa atividade ao pequeno produtor mercantil. A baixa da produção devido ao abandono dos grandes produtores será compensada por um incentivo à produtividade dos pequenos. Dessa maneira, pela assistência técnica e pelo crédito, a burguesia conseguirá que os pequenos produtores forneçam leite necessário para o abastecimento, diminuindo o valor desse produto pelo aumento da produtividade do trabalho, e garantindo preços baixos enquanto eles se contentarem só com um pequeno salário. "...o único limite absoluto é constituído pelo salário que ele atribui a si próprio, dedução feita das despesas propriamente ditas".(1)

As decisões do novo ministro (Moura Cavalcanti) em acordo com o Ministério da Fazenda vão nesse sentido. Mais crédito e assistência técnica com paralelo arrocho dos preços. E sob essa forma que esse conflito foi temporariamente resolvido.

5. Em guisa de conclusão

Tomando como exemplo a pequena produção mercantil na pecuária leiteira, pudemos examinar a lógica que guia o pequeno camponês, distinta daquela que orienta o capitalista propriamente dito. Por lutar pela defesa de um salário que ele mesmo se atribui, e não por uma parte da mais-valia social que lhe seria "de direito" em condições de produção capitalistas, o pequeno produtor tende a se colocar ao lado do proletariado no processo revolucionário. Essa tendência só se concretizará se nossa política for baseada na compreensão dos mecanismos em que se opera a articulação do modo de produção capitalista e da pequena produção mercantil (no caso da pecuária leiteira). Só essa compreensão nos permitirá a elaboração de um programa revolucionário que contenha as verdadeiras reivindicações dos camponeses. Nesse sentido cabe lembrar a questão da reivindicação pela propriedade da terra. Marx dizia: "É evidente que a livre propriedade dos camponeses-cultivadores é a forma mais normal da propriedade fundiária para a pequena exploração, isto é, num modo de produção onde a propriedade da terra é a condição que permite ao trabalhador ser proprietário do produto de seu próprio trabalho e onde ele seja proprietário livre ou não, o cultivador terá sempre que produzir, com sua família, seus meios de subsistência enquanto trabalhador autônomo e isolado. Para que esse modo de produção possa se desenvolver plenamente a propriedade do solo é tão necessária quanto a propriedade dos instrumentos para o desenvolvimento da exploração artesanal. Nesse caso, ela constitui a base do impulso de autonomia pessoal. Para o próprio desenvolvimento da agricultura, ela constitui um momento necessário."(2)

Apesar do caráter nem tanto autônomo, e nem tanto isolado que reveste os pequenos produtores de leite atualmente no Brasil, o argumento de base continua perfeitamente válido. Para garantir a remuneração de seu trabalho o pequeno camponês tem que ser proprietário do produto de seu próprio trabalho e para isso proprietário dos meios de produção necessários, entre eles - a terra. No entanto, essa reivindicação não é a única. Para que possamos desenvolver os laços entre o proletariado e o campesinato é preciso que tenhamos presente suas reivindicações imediatas, que englobam os pequenos produtores, proprietários ou não das terras que exploram. Não podemos esquecer que: no preço do leite está o salário do camponês, e que no controle das cooperativas está a chance para que não sejam ludibriados pelos grandes na distribuição dos créditos ou na difusão da informação técnica. Apesar de compreendermos que as cooperativas, o crédito, a assistência técnica, e a negociação do reajuste dos preços são instrumentos para a extensão do modo de produção capitalista, ou melhor, de sua dominação sobre a pequena produção mercantil, não podemos esquecer que é assim que se manifestam as reivindicações específicas dos pequenos camponeses. E é por aí que devemos começar a elaborar nosso programa.

(1) Livro III, tomo 3, capítulo XLVII. (2) idem.

O SISTEMA COLONIAL BRASILEIRO

Tomas Gerholm/
Irene Matthis

(o texto que publicamos a seguir constitui o apêndice do livro Fallet Brasilien ("O Caso Brasil") publicado em 1970 em Estocolmo. A tradução do sueco é de responsabilidade dos companheiros de nosso coletivo em Estocolmo)

Uma sociedade de novo tipo

A sociedade que os portugueses criaram no Brasil foi de um novo tipo. Suas características particulares dificultaram bastante as tentativas posteriores de classificá-la, usando uma tipologia adaptada às relações européias. Para o movimento revolucionário de nosso século, essa questão é de interesse não apenas acadêmico, pois sua estratégia se define a partir desta análise social. Nenhuma das interpretações atuais nos parece totalmente satisfatória e por isso esboçaremos uma alternativa.

O Brasil foi colonizado e explorado no período que na Europa coincide com a passagem do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista. Quando a colonização se deu, o modo de produção feudal era dominante em toda a Europa, apesar de que os elementos que mais tarde se combinariam para constituir o modo de produção capitalista começassem a se formar em vários lugares. Quando a colônia se tornou independente, a revolução industrial já havia ocorrido na Inglaterra e, pelo menos nesse país, o modo de produção capitalista tinha se tornado dominante. Mas qual é a situação do Brasil no momento?

Com uma simplificação que achamos válida, consideramos a vida econômica da colônia como um sistema estático em suas principais características. São os mesmos princípios organizatórios os dominantes, mesmo quando os ramos da produção e as localidades geográficas crescem. Isto significa que a classificação escolhida para o modo de produção do período colonial passa a ser válida para um período muito longo de tempo que, no entanto, na Europa se caracterizo por profundas transformações. É fácil perceber que uma classificação unívoca traz sob tais circunstâncias dificuldades significantes, não importando se a classificação escolhida é a "feudal" ou a "capitalista".

Tanto as análises comunista ortodoxa como as da ciência social burguesa costumam acentuar o caráter "feudal" ou pelo menos "semi-feudal" do período colonial. Na medida em que estas análises são colocadas como válidas até mesmo para o Brasil moderno, os primeiros também acentuam a impossibilidade de, no estágio atual, levar a cabo uma revolução socialista autêntica. Ao invés disso, o trabalho deve ser no sentido de uma revolução "democrática" (burguesa) que abriria os caminhos para a disseminação do modo de produção capitalista (documento do PCB:67).

A teoria que o Brasil desde o começo foi dominado pelo modo de produção capitalista ganhou adeptos de diferentes posições políticas: um empresário industrial (SIMONSEN Roberto - História Econômica do Brasil, 1500-1800), assim como um historiador marxista (PRADO JR. Caio - A revolução Brasileira), um tecnocrata (FURTADO Celso - Formação Econômica do Brasil) e não menos um economista marxista (GUNDER FRANK Andrew - Capitalismo e Subdesenvolvimento na América Latina).

Em lugar de uma discussão detalhada dessas teorias, comentaremos apenas a posição que teve a maior divulgação ultimamente, ou seja, a tese sobre o modo de produção capitalista. Se escolhemos GUNDER FRANK como representante desta posição, foi porque é ele quem lhe deu a forma mais elaborada e consequente.

A Teoria de GUNDER FRANK

O raciocínio de GUNDER FRANK tem como ponto de partida, a crítica ao "modelo dualista" da estrutura econômico-social do Brasil e países semelhantes. Segundo esta teoria, que se encontra em distintas variantes tanto em autores liberais como marxistas, estes países são constituídos por dois setores separados: um "tradicional"/feudal e o outro "moderno"/capitalista. O primeiro se caracteriza pela estagnação e subdesenvolvimento e o segundo por atividade dinâmica e rápido desenvolvimento. Que tal país no conjunto seja considerado como subdesenvolvido se deve ao fato de que o peso morto do setor "tradicional" atrase o desenvolvimento do setor "moderno". A saída é estimular por todos os meios a expansão do setor "moderno" até que atinja o "tradicional", para modernizá-lo também. GUNDER FRANK mostra então que mesmo se os dois setores sejam uma realidade para o observador superficial, sua relação é de caráter diretamente contraditório. O setor "moderno" não poderá nunca se estender e transformar o setor "tradicional", pois o subdesenvolvimento deste é consequência do desenvolvimento do outro. Assim como uma região pode se desenvolver, ela pode também se "subdesenvolver". O fator determinante é a posição da região dentro do sistema capitalista mundial.

A esta altura, GUNDER FRANK coloca os conceitos metrópole e satélite como denominações de regiões que respectivamente se desenvolvem e se subdesenvolvem. O saldo econômico produzido no satélite é conduzido para a metrópole através de vários mecanismos. Os conceitos são relativos; exceto o último elo da corrente formada pelo sistema capitalista mundial cada elo é tanto metrópole como satélite. Metrópole em relação ao elo de onde recebe o saldo econômico e satélite em relação ao elo ao qual fornece saldo econômico. Portugal - para se tomar um exemplo simples - tornou-se no final do século XVII um satélite inglês, ao mesmo tempo em que era metrópole do Brasil. Este par de conceitos é de grande ajuda na análise da expansão do sistema capitalista em todo mundo, o que levou, em nossos dias, a que países com os mais variados níveis econômicos tenham se integrado num só sistema econômico.

A perspectiva global é necessária; mas como GUNDER FRANK a utiliza, junto a conceitos inexatos demais, o resultado da análise tende a ser o erro. Para ele, a própria existência de um sistema mundial, construído em torno de um mercado nas metrópoles, para as mercadorias produzidas comercialmente nas colônias, é suficiente para classificar tanto os satélites como as metrópoles de capitalistas: "...devemos tentar compreender a estrutura real do capitalismo, não apenas algumas de suas características ou sintomas. O sistema capitalista também não deve ser identificado apenas com suas manifestações nos setores mais desenvolvidos - ou modernos, ou racionais, ou de concorrência mais forte - das metrópoles européias, norte-americanas ou latino-americanas. A essência do capitalismo está num único sistema capitalista que cresceu como tal. O capitalismo "brasileiro" ou americano, são apenas setores dentro desse único sistema que abarca o mundo inteiro. O sistema capitalista, sempre e em todas partes, levou necessariamente ao desenvolvimento e ao subdesenvolvimento. Um é tão produto do sistema quanto o outro, um é tão "capitalista" quanto o outro." (GUNDER FRANK 67:240).

O que GUNDER FRANK faz aqui é simplesmente dar ao conceito de capitalismo uma nova definição. O que torna capitalista o sistema econômico de um satélite não é, segundo ele, seu modo de produção, mas sim o fato de que ele forneça saldo econômico para uma outra instância (a metrópole) dentro do sistema global, que segundo terminologia corrente é chamado capitalista. O satélite é "tão produtivo do sistema" e "tão capitalista" quanto a metrópole. Deduz-se a partir das aspas que o próprio autor utiliza, que ele é consciente do uso impróprio do conceito "capitalismo", de um ponto de vista marxista. Aí ele foi criticado por outros marxistas, que de resto de

veriam estar de acordo com o seu raciocínio geral: "Ele atira...por cima do alvo, pois não tem clareza suficiente dos conceitos para fazer uma distinção entre o problema da integração do sobre-produto de um determinado país com o mercado capitalista e o problema da produção específica que existe dentro desse país. Para compreender a expansão do capitalismo no mundo (e em especial nos países do chamado "terceiro mundo") do século XVI até os nossos dias, deve-se na realidade separar três fenômenos distintos - o modo de produção dominante em diferentes partes do mundo e dentro da agricultura, da exploração mineral e da indústria.

-até que ponto este modo de produção está integrado com o mercado capitalista mundial.

-as modificações que esta integração trouxe para o modo de produção dominante dentro de cada país. Não existe entre esses três fenômenos nem uma identidade automática, nem uma concordância mecânica. Existem exemplos de modo de produção escravista, semi-feudal ou "asiático" que se integraram no mercado capitalista...sem que essa crescente e evidente integração tenha transformado o modo de produção existente num modo de produção preponderantemente capitalista, isto é, que os escravos, pequenos camponeses, tenham se transformado em trabalhadores assalariados "livres", se desprendidos da terra e sido forçados a vender sua força de trabalho" (MANDEL 69 IV:264).

O conceito de modo de produção

O que seria então um modo de produção? No geral é o modo como se produz numa certa época: "o que separa as épocas econômicas não é o que se produz, mas sim como se produz, com que meios de trabalho" (MARX-Capital). Os diferentes modos de produção se caracterizam pela combinação variada de alguns poucos elementos constantes - "Para uma determinada produção, é necessária a combinação de seus elementos e é esta que distingue as distintas épocas econômicas pelas quais a estrutura social passou" (MARX, citado em BALIBAR 65:205). Esses elementos são:

1) trabalhadores.

2) meios de produção, isto é, meios de trabalho (instrumentos) e material de trabalho.

3) não-trabalhadores que se apropriam da mais-valia produzida pelos trabalhadores.

Entre esses elementos ocorrem dois tipos de relação. Por um lado uma relação de propriedade, e por outro, uma relação de apropriação.

A relação de propriedade pode supor que o próprio trabalhador possua os meios de produção (pequenos camponeses, por exemplo); que o trabalhador possua uma parte dos meios de produção, seus instrumentos de trabalho mas não o matéria-prima, propriedade de não-trabalhadores (a indústria doméstica durante o período inicial do capitalismo, por exemplo); que o trabalhador possua apenas sua própria força de trabalho, enquanto os não-trabalhadores possuem os meios de produção (o capitalismo desenvolvido é o melhor exemplo); finalmente que os trabalhadores não possuam nem mesmo sua própria força de trabalho, mas que juntamente com os meios de produção sejam propriedade de não-trabalhadores (a escravidão). Esta relação é portanto, o mesmo que as relações de produção específicas de um modo de produção.

A relação de apropriação se relaciona ao caráter variado da relação que existe entre os trabalhadores, entre os trabalhadores e os meios de produção e entre os próprios meios de produção dentro do quadro do processo de trabalho. O artesanato, por exemplo, se distingue pelo fato do instrumento de trabalho exigir de um trabalhador anos de aprendizado anterior. "Antes da revolução industrial, a técnica se apresentava como uma unidade indissolúvel entre o meio de trabalho ou um instrumento e um trabalhador, que durante o tempo de aprendizado e após longa prática, havia aprendido a utilizá-lo. A técnica é principalmente individual, mesmo

se o trabalho é organizado coletivamente" (BALIBAR 65:231). É a grande industria que fará com que a organização do trabalho se torne independente do caráter qualitativo da força de trabalho. A unidade entre o trabalhador e o instrumento de trabalho que existia no artesanato, é substituída no período industrial, pela unidade entre a máquina e a matéria-prima. "Uma unidade de produção não é mais tais e tantos trabalhadores. É um conjunto de máquinas que estão prontas a receber qualquer tipo de trabalhador. A partir daí, a técnica implica na reunião de certas matérias-primas e instrumentos de trabalho, e o conhecimento a respeito de, respectivamente, suas qualidades físicas e das leis sobre o sistema em que estão" (BALIBAR 65:233). Em outras palavras, a relação de apropriação expressa o aspecto técnico e organizatório do processo de produção e é o mesmo que as forças produtivas específicas de um modo de produção.

Um modo de produção poderia então ser definido como o modo pelo qual os fatores do processo de produção - trabalhadores, meios de produção e não-trabalhadores - se relacionam entre si dentro do quadro da propriedade e da "apropriação". O que nos interessa nesse caso é uma definição do modo de produção capitalista, que em resumo pode ser expresso do seguinte modo: no modo de produção capitalista o trabalhador é proprietário de sua força de trabalho, mas separado dos meios de produção, tanto no sentido de que ele não os possui quanto no de que ele não controla o processo de produção.

Quais as consequências de tal definição? Primeiro, que não se pode arbitrariamente considerar "capitalismo mercantil" e capitalismo como a mesma coisa, o que GUNDER FRANK tende a fazer. O modo de produção capitalista, com suas relações de propriedade e apropriação características surge realmente durante a revolução industrial na Inglaterra nos anos 1775 - 1825. Segundo, que o modo de produção colonial brasileiro dificilmente pode ser classificado como capitalista.

O modo de produção dominante brasileiro

A organização econômica da colônia não tinha um caráter homogêneo. As grandes unidades produtivas dominavam nos setores do açúcar, do algodão e de certo modo, mesmo do fumo, onde a maior parte do trabalho era executada por mão de obra escrava. Mas também existia a pequena lavoura dos camponeses auto-suficientes e as fazendas de criação com os trabalhadores assalariados. No setor da extração mineral, os muitos aventureiros em busca de fortuna que trabalhavam por conta própria.

Este quadro heterogêneo não é por si mesmo surpreendente! Cada formação social dada se caracteriza por um intercessão de vários modos de produção" (POLANTZAS 68:46). Ao mesmo tempo se torna claro que um desses modos de produção era absolutamente dominante. A grande exploração dominou a economia e lançou as bases da superestrutura que caracterizaria a colônia em seu aspecto político e ideológico. Em resumo, foi a grande exploração que deu à colônia a justificativa de sua existência, e foi o trabalho escravo da grande exploração o modo de produção dominante da colônia. Por isso nos limitaremos à discussão das grandes unidades da economia de exportação. Dessas, eram os distritos de açúcar - engenhos - tanto os mais representativos como os mais consistentes. Uma análise que se limite a estudar os engenhos torna-se naturalmente responsável por uma simplificação da economia colonial, mas não necessariamente por sua falsificação.

Num engenho, ocorriam dois tipos de trabalhos. O primeiro, que constituía a maior parte, era executado por escravos que faziam o trabalho pesado, que não exigia especialização. O segundo, o trabalho especializado, era realizado por um pequeno número de trabalhadores assalariados. Este trabalho qualificado era ligado aos momentos técnicos da produção do açúcar, que geralmente exigiam uma capacidade profissional significativa.

A diferença determinante entre esses dois tipos de trabalhadores não estava naturalmente no tipo de trabalho executado, mas sim em sua relação com os não-trabalhadores e os meios de produção. Os escravos eram propriedade pessoal do senhor de engenho e eram totalmente separados dos meios de produção, tanto no sentido de que eles não os possuíam, como no de que não tinham controle sobre o próprio processo de produção. Por outro lado, os trabalhadores assalariados haviam somente vendido sua força de trabalho para os senhores de engenho e eram por isso homens livres, formalmente iguais a estes. Por outro lado, eles eram, como os escravos, separados dos meios de produção: nem os possuíam nem controlavam o processo de trabalho.

Que este sistema não coincida com nenhum dos modelos clássicos da análise marxista é evidente. O primeiro modo de produção que deve ser afastado da discussão é o feudal. Todos os meios de produção, são, como vimos, propriedade dos não-trabalhadores. Os dois outros modos de produção que devem ser discutidos, não podem ser rejeitados tão facilmente. A economia de exportação colonial parece ser uma combinação de ambos, a saber o modo de produção "antigo", baseado no trabalho escravo e o capitalismo, baseado no trabalho assalariado. Mas como se pode considerar uma coexistência de dois modos de produção, que historicamente estão separados por mais de um milênio e acima de tudo por um considerável desenvolvimento das forças produtivas e da produtividade do trabalho humano?

A nova escravidão não foi o resultado de um desenvolvimento espontâneo e sim implantado no Brasil como consequência de uma série de circunstâncias excepcionais: terras ricas e abundantes, aparecimento de um produto agrícola que poderia encontrar grande aceitação nos mercados europeus, assim como enorme necessidade de força de trabalho. Nesta situação a escravidão poderia ser revivida, pois a acumulação primitiva de capital ao mesmo tempo tinha atingido um estágio onde era possível fazer os investimentos que a colonização e o tráfico de escravos exigiam. O comércio escravista e a escravidão vieram por sua vez, a constituir um fator impulsionador desta acumulação primitiva de capital. Em outras palavras, a escravidão colonial era uma parte integrada do sistema mercantil capitalista. Suas relações de propriedade e apropriação não se tornaram nem capitalistas nem "mercantil-capitalistas". A escravidão manteve seu caráter de origem, apesar de ter sido um produto da "revolução" comercial mercantil capitalista. Assim, o modo de produção dominante brasileiro, durante o período colonial, foi o escravista.

Quanto aos componentes "capitalistas" da produção açucareira, está claro que estes não tinham muito a ver com o capitalismo totalmente desenvolvido. A parte industrial do complexo agro-industrial, que as plantações de açúcar formavam, isto é, a própria fábrica de açúcar, era a única parte da empresa onde os trabalhadores assalariados tinham um papel mais importante que o dos trabalhadores escravos. Lá, estes também eram utilizados, mas como "animais de carga e tração", enquanto que o trabalho técnico mais exigente era executado pelos trabalhadores assalariados. O tipo de divisão de trabalho que existia entre esses trabalhadores assalariados, correspondia mais ao estágio do desenvolvimento do trabalho coletivo que precedeu a grande indústria, que é chamado manufatura (MARX-Capital). Por outro lado, isto supõe que "vários tipos de trabalho se entrelaçam. As operações executadas por cada trabalhador, simultaneamente ou uma após a outra, completam-se e o produto pronto é criado apenas pelo seu resultado conjunto" (BALIBAR-65:230). Mas a manufatura é por outro lado, a forma que levou as principais características do artesanato às suas últimas consequências: a unidade entre a força de trabalho e os meios de produção se apresenta em sua forma mais indissolúvel. "A técnica é principalmente individual, mesmo se a organização do trabalho é coletivo" (BALIBAR-sic)

A manufatura supõe, em outras palavras, que o capital subordine "formalmente" o trabalho. O capital define o quadro externo, mas não modifica o caráter do processo de trabalho. É somente com o surgimento da grande indústria, que o capital vai subordinar "realmente" o trabalho. Somente a partir da grande indústria, que o capital passa a definir o quadro externo e modificar o próprio processo de trabalho, transformando-o no modo de produção específico do capitalismo. Seria o mesmo dizer que a relação de propriedade capitalista produz-se antes e independentemente da relação de apropriação capitalista (BALIBAR-sic).

A pré-história do modo de produção capitalista não é apenas a história de um processo onde este modo de produção surge como um todo. É a história de dois processos onde estão contidos os dois elementos principais que se combinam para formar o modo de produção capitalista, a saber, o capital e o trabalhador "livre" assalariado. Esses processos não ocorrem paralelos e nem são diretamente dependentes entre si.

A manufatura deve ser caracterizado como pré-capitalista, integrante da pré-história do capitalismo, responsável pelo desenvolvimento de um de seus elementos fundamentais. A primeira vista poder-se-ia pensar que o trabalhador assalariado do período manufatureiro constituísse um estágio anterior do trabalhador assalariado da grande indústria. Mas como vimos, o corre um rompimento radical na natureza do processo de trabalho durante a passagem da manufatura para a grande indústria e modifica-se então a própria natureza do trabalho (BALIBAR-sic). A manufatura está então, em vias de constituir a outra condição básica do capitalismo, o capital.

Conclusão

Poderíamos resumir o raciocínio anterior do seguinte modo: a agricultura de exportação brasileiro, que constituía o setor mais importante da colônia formou-se a partir da combinação de dois modos de produção pré-capitalistas: a escravidão e a manufatura. Esta combinação peculiar tem lugar dentro do quadro de um dos dois processos históricos que fez do capitalismo inglês do século XIX uma realidade, a saber, o desenvolvimento do capital. O outro processo igualmente necessário, foi o aparecimento do trabalhador assalariado "livre", que ocorreu exclusivamente dentro dos limites da Inglaterra. O desenvolvimento do capital foi, no entanto, um processo que abarcou os cinco continentes. É este último aspecto do desenvolvimento do capital que permite GUNDER FRANK utilizar os conceitos metrópole-satélite de uma maneira consequente. Mas o fato de que o saldo econômico da produção brasileira foi um fator relevante no desenvolvimento do capitalismo não nos autoriza a chamar seu modo de produção de capitalista.

Isto significa que, por sua vez, o desenvolvimento do capitalismo "brasileiro" deve ser considerado em separado do desenvolvimento do capitalismo europeu. O desenvolvimento do capital tem propriamente seu começo durante a expansão do café na primeira metade do século XIX (mesmo se os lucros da antiga agricultura de exportação tenha lançado suas bases). E o aparecimento do trabalhador assalariado "livre" ocorre quando da maciça imigração europeia da segunda metade do século XIX. A abolição da escravidão é um marco importante no estudo do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Não tanto porque "libera" a força de trabalho, mas porque foi um sinal de que a classe dominante reconhecia a superioridade de uma nova forma de trabalho. A expansão do capitalismo dentro da agricultura de exportação, deu-se muito rapidamente. No entanto, esse processo foi muito mais lento nos outros setores da agricultura. Isto deu origem à importante contradição entre a burguesia industrial e os latifundiários, cujas propriedades produziam para o mercado interno (1).

A necessidade de uma denominação que precise as formações sociais do tipo colonial brasileiro poderia ser atendida escolhendo-se uma classi

ficação que ressalte a questão do fenômeno típico de um período de rompimento entre dois modos de produção. Um conceito que satisfaz essa exigência é o conceito de capitalismo mercantil, que não tem como objetivo, ou não deve ter, uma época "capitalista" especial, mas sim o estágio em que o capital subordina o trabalho apenas formalmente e não realmente, que historicamente coincide com a "revolução" comercial do século XVI e dos dois séculos seguintes. Neste sentido, em analogia ao conceito de capitalismo mercantil, poder-se-ia falar em capitalismo colonial. Uma formação social colonial capitalista seria então formada por distintos modos de produção pré-capitalistas, sendo todos eles mais ou menos integrados no processo de formação de capital que precedeu o surgimento do modo de produção capitalista.

(1) assunto discutido no livro do qual esta tradução é um apêndice.

T. GERHOLM / I. MATTHIS

 NOTA DA REDAÇÃO SOBRE O SISTEMA COLONIAL BRASILEIRO DE GERHOLM/MATTHIS

O texto de Gerholm e Matthis foi publicado em 1970. O que explico que os autores se refiram aos escritos de Gunder-Frank como tendo "a maior divulgação ultimamente". Uma parte importante do texto é consagrada à crítica das idéias do sociólogo norte-americano. No essencial, concordamos com esta crítica. Hoje pode parecer exagerado dar tanta importância a teses cuja superficialidade não é segredo para os marxistas sérios, que rejeitam firmemente o rebaixamento do marxismo a uma vulgar doutrina de espoliação dos países fracos pelos países fortes, apimentada com um vocabulário "de esquerda" (o isto se reduz, ao menos no que ao Brasil se refere, a "contribuição" de Gunder-Frank). É preciso pois dar o devido recuo no tempo para compreender o destaque que Gerholm e Matthis dão aos escritos de um autor do qual o mínimo que se pode dizer é que saiu da moda com tanta rapidez quanto havia entrado nela. De resto, Gerholm e Matthis, embora se refiram inicialmente a Gunder-Frank como um "economista marxista", são levados a concluir que "o que Gunder-Frank faz... é simplesmente dar ao conceito de capitalismo uma nova definição". Inútil dizer que preferimos a definição "tradicional" de Marx... Justamente o interesse do trabalho de Gerholm e Matthis está em que mostram, sobre a base de sólida argumentação, tanto no terreno conceptual quanto histórico, que é o marxismo, e não as "doutrinas novas" de certos pensadores "de esquerda" em marcha rápida para o completo esquecimento, que permite compreender as questões cruciais da formação histórica da economia e da sociedade brasileiras.

ESTRUTURA DA INDUSTRIA BRASILEIRA

Fernando de Andrade

I

Pela expressão "estrutura da indústria" se entende antes de mais nada sua composição técnica. Por composição técnica se entende a relação entre o produtor direto e os meios de produção, bem como as características do produtor e dos meios de produção. Neste sentido a "estrutura da indústria" corresponde a suas características quanto ao nível das forças produtivas que nela operam. A composição técnica e o nível das forças produtivas variam conforme o ramo industrial e porisso mesmo cabe levar em conta a produtividade diferencial do trabalho conforme o setor e ramo produtivo, assim como o peso específico de cada um na produção industrial total. Em particular, cabe examinar a relação entre a produção de meios de produção e a produção de meios de consumo, isto é, a relação entre o SETOR I e o SETOR II da Indústria, como os chama Marx no livro III do Capital. Também importante é a relação entre a produção de "bens de capital" (expressão imprópria, embora muito usada, já que identifica máquinas e equipamentos a Capital, caindo no ponto de vista burgues para o qual o Capital é uma Cóisa e não uma Relação Social) e a produção de "bens intermediários", "de consumo durável" e de "consumo não-durável". (No que a esta última classi-

ficção se refere, é importante insistir em seu caráter meramente descritivo: a distinção entre consumo "não-durável" e consumo "durável", por exemplo, embora útil para avaliar a diferenciação interna da produção de meios de consumo, não permite tirar nenhuma conclusão de fundo sobre o nível de desenvolvimento das forças produtivas sociais: uma mesa ou uma casa são bens de consumo mais duráveis que uma vitrola portátil, e no entanto é óbvio que as forças de produção da dita vitrola são incomparavelmente mais elevadas que aquelas empregadas na produção de uma mesa de madeira ou de uma casa de tijolos).

Num segundo sentido, entende-se por "estrutura da indústria" as relações de produção em torno das quais se articula o processo produtivo e os diferentes estágios de desenvolvimento destas relações nos diversos setores e ramos produtivos, assim como no interior de um mesmo setor ou ramo. O capitalismo de Estado, os monopólios estrangeiros, os monopólios nacionais, as empresas capitalistas não-monopolistas, as empresas artesanais, configuram diferentes estágios de desenvolvimento das relações capitalistas de produção e mesmo -no caso das artesanais- modos pré-capitalistas de produção na indústria.

Seria possível distinguir outras significações, mais ou menos próximas às duas assinaladas, para a expressão "estrutura da indústria". Mas no essencial, e sem entrar em querelas terminológicas, elas se resolvem na determinação das forças produtivas e das relações de produção existentes na indústria de nosso país. Consideradas em sua unidade, e em seu funcionamento efetivo, as forças produtivas e as relações de produção concretamente investidas no processo de reprodução ampliada de nossa economia e de nossa sociedade constituem o que chamaremos o sistema econômico brasileiro entendido como unidade concreta das forças materiais e humanas de produção e das relações econômicas efetivas de nossa sociedade. De maneira geral denotaremos pois através desta expressão a noção marxista de "formação social", que ela mesma é uma abreviação de "formação econômica da sociedade" ou ainda "formação econômico-social". Preferimos, sobretudo em português, a expressão "sistema econômico da sociedade" porque a palavra "formação" exprime mais, em nossa língua, o processo que o resultado, sendo que ao contrário, o que a noção denota (ou deve denotar) é mais o resultado que o processo, isto é, mais a forma atual que sua "formação"...

A estrutura industrial de um sistema econômico determinado adquire toda sua significação quando inserida numa dimensão comparativa. Antes de mais nada trata-se da relação entre Indústria e Agricultura, e em geral da relação entre a Indústria e o sistema econômico da sociedade brasileira em seu conjunto. Mas a "dimensão comparativa" compreende igualmente o exame das semelhanças e diferenças entre a situação da Indústria brasileira e a das indústrias de outros países. As especulações e digressões às vezes bizantinas sobre o caráter "agrário-industrial" ou "industrial-agrário" de nossa sociedade brasileira poderiam adquirir algum fundamento científico se se dessem ao trabalho de efetuar, com rigor, algumas comparações com as estruturas produtivas de outras sociedades. Em todo caso, fica ressaltada tanto a importância deste estudo quanto a consciência que temos, de, não podendo fazê-lo no espaço que nos foi reservado no presente número de DEBATE, levá-lo adiante tão logo isto seja possível. Cabe salientarmos finalmente que as teses e idéias a seguir discutidas constituem um esforço de desenvolvimento e de aprofundamento das posições teóricas e políticas explicitadas em nosso Projeto de plataforma, que consideramos a expressão justa dos problemas, temas centrais e teses fundamentais da teoria e dos princípios programáticos gerais dos marxistas do Brasil.

II
Estrutura técnica da indústria

Trata-se aqui de determinar, em sua diferença e em sua unidade, os níveis de desenvolvimento das forças produtivas sociais na indústria brasileira. O grau de concentração do processo produtivo e o grau de elevação da composição orgânica do Capital investido na indústria (isto é, a relação entre o trabalho morto e o trabalho vivo, ou ainda, a massa de meios de produção que manipula um trabalhador - os economistas burgueses dizem: a intensidade ou densidade de capital por trabalhador) constituem as características essenciais que determinam o nível das forças produtivas sociais numa dada sociedade e em um dado momento de seu desenvolvimento histórico. Por isso mesmo, é do exame destas características que devemos partir.

A concentração do processo produtivo, enquanto exigida pela base técnica da produção, traduz diretamente seu caráter social: o produtor direto passa cada vez mais a ser o trabalhador coletivo. No caso do Brasil, os dados referentes ao conjunto das empresas industriais são bastante reveladores, tanto da tendência constante à concentração, quanto do peso absoluto já atingido por ela, como o atesta o quadro abaixo. Os dados referentes a 1949 e 1959 foram tirados de A industrialização brasileira: Diagnóstico e Perspectivas, de Artur Candal, publicado em janeiro de 1969 pelo Ministério do Planejamento. Os dados referentes a 1969 foram elaborados por mim a partir do Anuário do IBGE de 1971.

UNIDADES DE PRODUÇÃO SEGUNDO O NUMERO DE TRABALHADORES	% DE CADA CATEGORIA NO EMPREGO INDUSTRIAL		
	1949	1959	TOTAL 1969
De 1 a 20	27,2%	23,5%	8%
De 20 a 250	36,2%	34,3%	39,8%
De mais de 250	36,6%	42,2%	52,2%

Embora tenhamos nos servido da mesma fonte que Candal (o IBGE), cabe perguntar se a espetacular diminuição da participação relativa das empresas de 1 a 20 trabalhadores no emprego total entre 1959 e 1969 - de 23,5% a 8% - não se explicaria, ao menos parcialmente, pelo fato de que os resultados definitivos do Censo Industrial de 1969 ainda não foram divulgados, o anuário do IBGE apresentando tão somente estimativas. Em todo caso, mesmo que os valores absolutos da participação das empresas de 1 a 20 trabalhadores no emprego total não sejam exatamente os que pudemos apurar sobre a base das estimativas do IBGE, a tendência crescente à concentração é mais do que nítida.

O recente "Quem é quem" na economia brasileira, edição especial da revista Visão de agosto 1973, contém informações sobre os trabalhadores de 1.837 empresas, incluindo 1 com mais de 100.000 trabalhadores e 241 com menos de 100 trabalhadores. O total dos trabalhadores rescencados se eleva a 2.032.890, total evidentemente parcial (se é lícito este contra-senso) já que incluíram somente as empresas que responderam ao questionário de Visão, e que são menos "de 50%" ("Quem é quem", p.428) do total das empresas (4.253) que figuram na enumeração completa da mesma revista. As conclusões que se podem tirar do grau de concentração a partir destes dados são igualmente interessantes. 3,2% das empresas, que correspondem às que tem pelo menos 5.000 empregados, ocupam 39% da mão de obra rescenceada pelo "Quem é quem". Considerando em conjunto as empresas com 5.000 empregados pelo menos com as empresas dispendo de 2.000 a 5.000 empregados, temos que 11,3% das empresas rescencadas empregam 60,9% da mão de obra total da lista. O que dá também a medida da extensão do processo de concentração.

É mais difícil medir a composição técnica da indústria e seu desenvolvimento recente. Muitos dos dados comumente utilizados (por exemplo, a comparação entre a participação do produto industrial no PIB e a participação do emprego industrial no emprego total) são enganosos, posto que se apoiam na estrutura de preços vigente num dado momento (no "ano-base" dos índices estatísticos) e se limitam a estudar as variações relativas da participação da indústria no emprego e no produto, o que significa que sempre este cálculo de produtividade estará fundamentado numa determinada estrutura de preços de mercado. Os índices mais expressivos são aqueles que relacionam o volume físico da produção com a massa de horas-trabalho nela empregadas, mas por diversas razões, algumas das quais nitidamente ideológicas, os economistas e estatísticos da ditadura não os têm em muito apreço. Ao menos é o que se pode julgar pelo material de consulta existente. De qualquer modo, levando em conta todas estas dificuldades, e tendo em vista que só na medida em que o aumento da produção num ramo industrial ou na indústria enquanto um todo se deve a uma alteração de sua composição técnica, é que se pode falar em aumento da produtividade (isto é, somente quando a mesma quantidade de trabalho se materializa numa maior massa de produtos, pouco importando seus preços de mercado), procuramos utilizar a fonte a mais capaz de dar destaque ao aspecto que nos interessa, a saber o estudo Produção industrial no Brasil, publicado pelo DIEESE. Tomando como ano base 1940, este trabalho apresenta um quadro comparativo da evolução do Valor da Produção, do número de trabalhadores e do número de estabelecimentos industriais de 1940 a 1960, que distingue a produção de meios de produção e a produção de meios de consumo :

<u>BENS DE PRODUÇÃO</u>			
	1940	1950	1960
-Valor da produção	100	228	508
-Empregados	100	176	284
-Estabelecimentos	100	177	287
<u>BENS DE CONSUMO</u>			
-Valor da produção	100	176	249
-Empregados	100	154	175
-Estabelecimentos	100	193	216

O quadro acima traduz, malgrado o fato de se basear na estrutura de preços e não no volume físico da produção, uma manifesta elevação da produção e da produtividade : no caso dos bens de produção, o valor do produto passou de 1940 a 1960 de 100 a 508, enquanto que o índice de trabalhadores de 100 a 284, o que significa que o primeiro quintuplicou enquanto que o segundo não chegou sequer a triplicar. É curioso notar a evolução relativa do índice de empregados e do de estabelecimentos industriais : mostra que o processo de concentração, embora tenha polarizado, como vimos no quadro da p.38, a oposição entre um número relativamente pequeno de grandes indústrias ocupando uma porcentagem cada vez maior de mão de obra e um número bastante grande de pequenas empresas ocupando uma porcentagem cada vez menor, em termos relativos obviamente, de mão de obra, não levou à diminuição absoluta, e nem mesmo à diminuição relativa do número de estabelecimentos industriais em relação ao número de trabalhadores. Dados mais recentes, citados em Pequenas e médias indústrias, de Frederico Robalinho de Barros e Rui Lyrio Madenesi, IPEA, Rio, 1973, p.37, nos quais justamente as empresas estão classificadas segundo o número de trabalhadores em pequenas (menos de 100 empregados), médias (de 100 a 500) e grandes (mais de 500), permitem precisar melhor a complexa questão das relações entre concentração do processo produtivo, elevação da produtividade do trabalho, e número de estabelecimentos industriais :

<u>VARIAÇÃO EM PONTOS DE PORCENTAGEM, DE 1966 a 1969</u>			
TAMANHO DE INDÚSTRIA	Numero de estabelecimentos	Emprego	Valor da trans- formação ind.
Pequena	-1,3	-1,6	-2,7
Média	+1,1	+0,9	+1,0
Grande	+0,2	+0,7	+1,7

Vê-se, no quadro acima, e tomando-se o aumento da participação no valor da transformação industrial como indicador imperfeito do aumento da produtividade relativa, que a grande indústria se apodera do principal ganho de produtividade, sobretudo na medida em que, com 0,7% de trabalhadores suplementares conseguia, no período considerado, 1,7% de valor suplementar da transformação industrial.

No mesmo livro, assinala-se que a grande indústria (acima de 500 empregados) representava, em 1969, somente 1,8% do número total de estabelecimentos industriais, mas ocupava 37% do emprego industrial total e produzia 44,4% do valor da transformação industrial total. Seu domínio abrangia, em 1969, os setores principais do aparelho industrial, incluindo material de transporte (67% dos trabalhadores, 74% do valor da transformação industrial e 7,5% dos estabelecimentos), fumo (46%, 75% e 2,3% respectivamente), borracha (40%, 68% e 2,4%), material elétrico (55%, 60% e 7,9%), metalurgia (41%, 58% e 3,8%), etc. Se compararmos estes dados aos índices de produtividade nas pequenas, médias e grandes indústrias, setor por setor, teremos, atribuindo-se às grandes o índice 100, os seguintes resultados, válidos para o Brasil em 1969 :

SETORES	PEQUENA INDUSTRIA	MEDIA INDUSTRIA	GRANDE INDUSTRIA
Materiais não-metálicos	41	96	100
Metalurgia	67	83	100
Mecânica	67	102	100
Material elétrico	78	91	100
Material de transporte	61	78	100
Madeira	68	83	100
Mobiliário	57	93	100
Papel e papelão	53	70	100
Borracha	33	32	100
Couro e peles	72	95	100
Química	67	63	100
Farmacêutica	53	89	100
Perfumaria	39	65	100
Material plástico	66	71	100
Têxtil	144	91	100
Vestuário	63	70	100
Alimentar	79	97	100
Bebidas	55	98	100
Fumo	29	33	100
Editorial e gráfica	60	81	100
Diversas	78	117	100
INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	62	83	100

Fonte : Robalinho, Modenesi, p.57

É visível pois que a concentração do processo produtivo se acompanha de aumento da produtividade para as grandes indústrias em relação às médias e notadamente às pequenas, que são predominam, via de regra, "em indústrias do tipo tradicional" (Robalinho, Modenesi, p.42), a saber, madeira (75% do emprego, 71% do valor da transformação e 97,1% do número de empresas), mobiliário (71%, 60% e 96,7% respectivamente), couros (53%, 45% e 93,1%) e vestuário e calçados (45%, 39% e 89,8%). Em termos globais as pequenas empresas, representando 89,6% do total dos estabelecimentos industriais, empregavam apenas 30% do total de trabalhadores da indústria e respondiam somente por 23% do valor da transformação industrial total. Já a média empresa (de 100 a 500 trabalhadores) apresenta uma situação bastante diferente, representando 8,6% do total dos estabelecimentos industriais, e apresentando uma perfeita correspondência entre sua participação no emprego industrial total (33%) e no valor da transformação industrial (33%).

III
Relações de produção na indústria

A concentração da produção dá lugar aos monopólios. Esta é uma tendência objetiva do capitalismo e independe da questão de saber se estes monopólios são nacionais ou estrangeiros. Esta última questão assume especial importância no entanto nos países onde o capitalismo se desenvolveu sob a dominação dos monopólios estrangeiros, sob a dominação imperialista portanto. As forças produtivas nestes países dominados apresentam um grau inferior de desenvolvimento em relação às dos países dominantes. Esta desigualdade de desenvolvimento, base objetiva da dominação imperialista, ao mesmo tempo que produto desta dominação (podemos aqui falar em re-produção das relações de dominação) deu lugar à grande, embora já antiga polêmica sobre o bloqueio do desenvolvimento das forças produtivas da indústria nos países dominados pelo imperialismo e portanto sobre o caráter anti-imperialista das burguesias destes países. Já nos referimos em diversas oportunidades através e ao longo de números seguidos de DEBATE, e a questão foi retomada em nosso Projeto de plataforma, ao fato de que, malgrado a dominação imperialista a burguesia brasileira, sob a direção de sua fração nacionalista-populista, logrou assegurar o desenvolvimento das forças produtivas industriais, socorrendo-se tanto de manobras e barganhas com os monopólios e governos imperialistas, quanto do fortalecimento dos investimentos estatais que levaram à consolidação de um forte setor capitalista de Estado em nosso país. Em especial, procuramos mostrar em nosso artigo sobre a sociedade brasileira e o imperialismo, publicado em DEBATE-13 (ver especialmente pp.4-6) que a industrialização brasileira se desenvolveu num processo contraditório em que se enfrentaram interesses agrário-exportadores e industriais, interesses nacionais e interesses imperialistas, sem que uma frente nacional e democrática, tal como a preconizou a esquerda especialmente entre 1944 e 1964 tenha podido se afirmar e aplicar um programa coerente. As duas tentativas que mais se aproximaram disso, a de Vargas em 1951-1954 e a de Goulart em 1961-1964 terminaram pelo suicídio de um e pela deposição do outro. Donde nossa tese, que o Projeto de plataforma de DEBATE desenvolve conseqüentemente, de que a transformação burguesa da sociedade brasileira não teve caráter revolucionário.

No entanto, embora "deformada", a transformação burguesa de nossa sociedade adquiriu a consistência de um fato consumado. (Onde está de resto, salvo num céu platônico, a forma não "deformada" da transformação "pura"?) . A descrição deste processo foi feita em nosso Projeto de plataforma. Notemos apenas que o imperialismo norte-americano, embora não tenha constituído um fator definitivo de bloqueio deste processo, fez o possível, em suas fases iniciais, para entravá-lo, sobretudo quando ele entrava diretamente em choque com seus interesses (como quando da criação da Petrobrás, que a Standard Oil e atrás dela o governo dos Estados Unidos tudo fizeram para sabotar. A luta pela consolidação da siderurgia nacional e pelo desenvolvimento da produção nacional de energia elétrica constituem alguns dos exemplos mais conhecidos deste antagonismo). A tese dogmática de que o domínio imperialista constituía um entrave intransponível à industrialização quebrou-se de encontro à teimosia dos fatos. Mas seria ridículo inferir daí (como fazem muitos economistas, sociólogos e politólogos estipendiados pelo imperialismo) que o imperialismo...favorece a industrialização dos países por ele dominados. O imperialismo não ajudou em nada, até atrapalhou bastante a industrialização do Brasil. Mas uma vez que esta industrialização se concretizou, através de um esforço nacional, os monopólios imperialistas passaram a considerar a indústria de transformação dos países dominados (referimo-nos, obviamente àqueles que tinham efetivamente se industrializado) como uma esfera de valorização do Capital monopolista (ver os dados citados em DEBATE-13, p.5). Passaram a investir nela. E neste sentido, passaram a "favorecer" (dentro dos limites em que o capitalismo favorece o desenvolvimento das forças produtivas sociais, isto é, enquanto ele permite a

valorização do Capital. O processo de acumulação capitalista, e sobretudo de acumulação monopolista, se desenvolve no Brasil, traduzindo-se, enquanto reprodução ampliada do processo produtivo, nas elevadas taxas de crescimento do Produto Nacional e especialmente do Produto Industrial. A elevada taxa de reinvestimento em capital fixo comprova a extensão do processo de reprodução capitalista. Em 1972, o "ativo operacional líquido" (que "abrange...terrenos, prédios, máquinas, instrumentos, etc. utilizados pela empresa na exploração de seu negócio, mais os valores correspondentes à correção monetária...deduzidas as importâncias correspondentes à depreciação" (isto é, ao desgaste do capital fixo), "teve crescimento de 38,9%" (Visão, Quem é quem na economia brasileira, edição de 1973, pp. 133, 134 e 140). Estes dados se referem às 200 maiores empresas do Brasil. Levando em conta que a inflação foi de 15,5% em 1972, o crescimento real do investimento foi elevado. Não somente prossegue a acumulação, mas acarreta importante ampliação da produção de bens de produção, do SETOR I da Indústria, no esquema marxista da reprodução.

Examinamos na parte II deste trabalho alguns dados sobre as relações entre grande, média e pequena indústria. Os critérios formais de que se servem as fontes burguesas às quais somos obrigados a recorrer não são de molde a facilitar a determinação das diferentes camadas da burguesia industrial, e em particular, a distinção entre a camada monopolista e a camada não-monopolista da burguesia brasileira. Ficamos inclusive sem poder definir com rigor onde termina o estrato propriamente artesanal da indústria, e onde começa a camada dos pequenos capitalistas. (O leitor terá notado que Robalinho e Modenesi consideram como pequena indústria aquela que ocupa até 100 trabalhadores!) Também recusamos os critérios formais tão a gosto de certas correntes de nosso movimento revolucionário, que por exemplo decretam que são não-monopolistas as indústrias que empregam até X trabalhadores e acima disto começariam os monopólios. Mais vale reconhecer a limitação de nossos dados e só afirmar coisas seguras...

É com este espírito que cabem as considerações e seguir sobre as relações entre a burguesia monopolista, a burguesia não-monopolista e o Estado na indústria brasileira. Fundamentalmente, os problemas colocados para a compreensão das relações entre estes três setores são os seguintes: (1) o peso específico dos monopólios em nossa economia e as relações entre monopólios nacionais, monopólios estrangeiros e monopólios de Estado. (Ver sobre este ponto os editoriais de DEBATE 5 e 6). Não se trata aqui somente de comparar porcentagens, mas igualmente de avaliar o poder econômico do Estado como centro de decisões e o conteúdo de classe destas decisões. O monopólio de Estado não é senão um dos aspectos da intervenção do Estado na acumulação capitalista. Como observou o Jornal do Brasil em seu editorial de 20 de junho de 1972, o "governo impõe normas de conduta ao setor privado, fixando preços e as quantidades globais, pois além de 55% dos investimentos fixos serem de origem estatal, as decisões econômicas são incontestáveis. O empresário não é chamado a colaborar na tomada de decisão governamental". Claro que o editorialista do digno JB está mentindo, querendo restabelecer o velho mito do Estado pairando acima das classes. Mas não resta dúvida de que o peso do setor estatal é muito grande em nossa economia, o que permite ao Estado dirigir com grande eficiência, do ponto de vista capitalista, a acumulação privada, estimulando fusões, concentrações, impondo normas, estabelecendo subsídios e isenções, etc. Entre as 20 maiores empresas brasileiras, as 12 de propriedade estatal representavam 77% do capital e 76% do patrimônio líquido, em 1971. Neste mesmo ano, considerando as 500 maiores, 20% do capital e 36% do patrimônio líquido eram estatais. Em 1972, segundo o Quem é quem de 1973 da revista Visão, das 20 maiores empresas brasileiras, 16 eram estatais, só não o sendo a Light, a Volkswagen as Industrias Matarazzo e a Souza Cruz. O mesmo Quem é quem ressalta que "na relação das 200

maiores empresas", "as empresas sob controle dos poderes públicos representam...63,9% do total do patrimônio líquido" .(Visão define o patrimônio líquido como "capital social, mais as reservas capitalizáveis e lucros, menos prejuízos, mais o passivo pendente, menos o ativo pendente"). Já as "empresas controladas pelo capital estrangeiro (pelo menos 51% do capital) representam 20,1% do total do patrimônio relacionado nesta lista, revelando a importância do capital forâneo na economia brasileira". Ao passo que "o patrimônio líquido das empresas nacionais privadas representa tão somente 16% do total das 200 maiores empresas".

(2) Em segundo lugar, passando da mera comparação descritiva da magnitude relativa de cada um dos tres setores monopolistas ao funcionamento efetivo do sistema econômico, é importante notar, como salientou Opinião numero 47, comentando os dados de Visão, que na lista global das 2.345 maiores empresas do país segundo o valor das vendas, "as empresas que tiveram um faturamento superior a 1 bilhão de cruzeiros" (em número de 22) "controlavam mais de 60% do faturamento total das 2.345, apesar de representarem apenas 0,94% do conjunto. Dessas 22, 6 são estatais, 2 nacionais privadas e 14 estrangeiras". Considerando dentro destas 2.345 maiores as que apresentaram em 1972 um faturamento superior a 500 milhões de cruzeiros, num total de 49, das quais 17 estatais, 12 nacionais privadas e 20 estrangeiras, constata-se que em conjunto elas controlavam mais de 90% do faturamento total, apesar de representarem apenas 2,1% do número global de empresas consideradas (a saber as 2.345). Mas o mais interessante é notar que "14 grandes empresas estrangeiras tiveram, no ano passado (1972) um faturamento correspondente a 41,1% do total do faturamento do conjunto de 2.345 empresas" (Opinião, ibidem).

(3) Cabe observar, finalmente, a complexidade do problema do papel do Estado enquanto instrumento da hegemonia da burguesia monopolista. Esta problemática é crucial, posto que coloca o tema da unidade da economia e da política em nosso sistema econômico e em geral na sociedade e no Estado brasileiros de hoje. De um lado é manifesto que o setor estatal e em geral o poder executivo da ditadura incentivam a concentração monopolista da produção através dos mais diversos mecanismos, desde a promoção de fusões entre grupos industriais e financeiros até a integração de empresas públicas com empresas privadas (nacionais e estrangeiras) ao nível do processo produtivo. (A cartelização da produção do aço e a constituição do "polo petroquímico" sobre a base da Petrobrás que fornece matéria-prima a preços subvencionados aos monopólios privados do setor petroquímico, constituem exemplos desta forma de intervenção). O papel do sistema cambial e tributário (protecionismo, isenções e estímulos fiscais, etc.) também é determinante, para não falar do sistema de preços e quotas de produção. De maneira geral, o Estado serve igualmente de instrumento de direção da burguesia não-monopolista pela burguesia monopolista, como o exemplifica a existência e o modo de funcionamento de instituições financeiras públicas como o FIPEME. Robalinho e Modenesi descrevem um aspecto curioso deste mecanismo de dominação/direção, a ação do SUDENE junto aos pequenos empresários do Nordeste: "Reconhecida a limitação do empresariado nordestino face a seu nível de instrução ("15% dos pequenos e médios empresários nordestinos "não possuíam instrução" e 71,2% possuíam apenas o primário"), procurou-se estruturar um tipo de treinamento que pudesse contribuir para a transformação da mentalidade conservadora e retrógrada (sic) que prevalece no meio empresarial da região". Cursos foram organizados, e os agentes do Estado dos monopólios, funcionando como verdadeiros mestres primários, notam que "para a realização do primeiro deles, com 20 vagas, foi necessária a participação compulsória (grifos-nossos) de alguns empresários". Moral da história: se a burguesia não-monopolista não vai à Escola da Ditadura, fica de castigo!

ALA VERMELHA : CARTA POLITICA DE JULHO 1973

A D.N.P. da ALA VERMELHA nos fez chegar o documento que transcrevemos abaixo, no qual empreende um exame crítico e auto-crítico da experiência de luta revolucionária dos últimos anos, buscando através dele determinar as principais tarefas dos revolucionários, em especial dos marxistas-leninistas, nas condições atuais. Embora não concordemos com algumas das análises e apreciações desta importante tomada de posição dos companheiros da Ala Vermelha, consideramos que em várias questões de fundo ela converge no mesmo rumo em vista do qual orientamos nosso próprio trabalho, o que só pode reforçar nossa convicção de que trilhamos o caminho justo no processo de aprofundamento da luta ideológica, de vinculação às bases sociais da Revolução e de reunificação dos marxistas-leninistas do Brasil

DEBATE, dezembro 1973.

Após dez anos de ditadura, os maiores problemas com que se defrontam os revolucionários brasileiros continuam sendo o esmagamento político das massas populares e a inexistência do partido revolucionário do proletariado, capaz de despertar as para a luta política.

Especialmente após o golpe militar de 1964, constituíram-se em nosso país diversos partidos, organizações e facções, que embora proclamando-se portadores da ideologia proletária, não lograram dar passos positivos na organização revolucionária da classe operária nem na luta revolucionária de todo povo.

A característica comum que marca o surgimento desses partidos e organizações é o seu afastamento da luta de classes concreta. A formação desses partidos ocorreu de modo artificial, isto é, não se deu como resultado da realização das atividades dos revolucionários entre as massas, mas em decorrência de sucessivas divergências internas, fora da luta cotidiana da classe operária e das massas básicas da revolução. Além disso, a sua base social se assentava na intelectualidade revolucionária, sendo muito reduzido o número de quadros provenientes da classe operária.

A formação do P.C.doB.(AV), do mesmo modo que o partido que lhe dava origem, deu-se também desligada da luta de classes concreta. Seus quadros e dirigentes não possuíam experiência profunda no trabalho revolucionário, sólido conhecimento e assimilação do marxismo-leninismo, e sua composição era predominantemente pequeno-burguesa, refletindo a política de um partido que tinha, na verdade, o movimento estudantil como principal palco de atuação.

Desde sua constituição, nossa organização manteve uma compreensão errônea e dogmática sobre a questão do partido de vanguarda do proletariado. Esta compreensão consiste em partir da aceitação da necessidade do partido para a revolução, dirigido pelo proletariado - firmar somente seu papel dirigente (político) relegando a plano secundário sua função ideológica. Em contrapartida, a concepção leninista enfatiza, como principal, o papel ideológico do partido - despertar, dar consciência através da ideologia científica e educar politicamente a classe operária - o que cria condições que lhe permite exercer plenamente o papel de dirigente político.

Tentar atingir a posição ideológica proletária através de definições teóricas, em estatutos, linha política, programa, etc. sem haver assimilado a teoria marxista-leninista, aplicando-a à prática concreta da luta de classes, levará à organização de qualquer partido, menos

o da classe operária. Disso decorre a compreensão errônea de que a simples existência formal de um partido que se define e se proclama marxista-leninista (realizando uma atividade entre as massas ou não) significa que ele é o partido revolucionário da classe operária.

O afastamento da luta de classes, a base social pequeno-burguesa e a substituição do papel ideológico do partido, conduziram ao desenvolvimento de uma prática vanguardista em nossa organização.

1-O Vanguardismo Em Nossa Organização

Em sua forma mais aberta, o vanguardismo se revelou como a tentativa de substituição da luta de massas pela atuação isolada, numa tática de confronto com a ditadura. Sua expressão extrema foi o foquismo, a atividade militarista, a teoria do "exemplo".

O foquismo chegou a se constituir no principal elemento tático de nossa prática. Essa concepção pequeno-burguesa da revolução foi expressa mais claramente na nossa visão teórica acerca da tática da revolução brasileira. Influenciados e transpondo dogmáticamente a experiência cubana de um lado, e de outro a chinesa, elaboramos uma tática desligada da situação da sociedade e das massas que inclusive distorcia a concepção leninista do partido da classe operária. Essa política militarista nos causou muitos danos e quando conseguimos retificá-la, verificamos que em termos de ligação à classe operária, nada havíamos avançado e tínhamos mesmo conseguido destruir os poucos laços que a ela nos uniam.

Em sua forma mais velada, mais difícil de combater e superar, o vanguardismo consistiu no convencimento de que, realizando algum trabalho político através de contatos com elementos destacados das massas, já se estava efetivando a ligação necessária do partido com a classe operária. No trabalho de massas, isso se expressa numa atividade política que não corresponde ao nível de consciência da classe como um todo. Passaram a assumir importância predominante na política da organização, as panfletagens, os jornais veiculando denúncias, reclamações para a luta, emulações genéricas e quase sempre vindas de fora para dentro das massas.

Partindo para a reformulação da linha foquista, mantivemos ainda a essência vanguardista que assumiu forma de grandes atividades de propaganda, desproporcional às nossas forças e ao nosso real trabalho político. Isto foi entrando em choque crescente com os interesses e necessidades daqueles que realmente estavam numa atividade entre as massas. O desvio vanguardista com esta forma mais velada, só veio a ser finalmente desmascarado com os pesados prejuízos materiais e humanos que sofremos.

Ao nível do partido, esta política se reflete na assimilação de militantes (mesmo que sejam os melhores formados neste estilo de trabalho) não preparados para as atividades políticas da luta de classes concreta. Entendemos por luta de classes concreta a luta dos que estão ligados diretamente à produção. Eles objetivamente realizam a luta de classes. O papel do revolucionário, é imprimir a essa luta caráter político e isso só pode ser feito corretamente dando consciência política e organizando os operários. Isto implica em compreender que hoje, o ponto de partida da atividade revolucionária entre as massas está na definição e realização das tarefas que partem de suas necessidades concretas.

A não compreensão plena da verdadeira posição ideológica proletária, a existência formal (fora da luta de classes concreta) e a atividade política vanguardista, têm caracterizado um período em que se

multiplica a defesa do partido da classe operária no seio da esquerda; no entanto, a classe operária permanece despolitizada e desorganizada enquanto o eco das proclamações proferidas nem sequer chegam a seus ouvidos.

2-Sobre A Situação Das Massas Populares

Um monstruoso quadro de miséria, desemprego, superexploração e repressão está sendo produzido pelo desenvolvimento capitalista do país. Hoje, a luta pela sobrevivência no dia a dia tornou-se a principal preocupação da imensa maioria dos trabalhadores. Em dez anos de ditadura, o Brasil tornou-se a meca das corporações imperialistas; americanos, japoneses, alemães, franceses e ingleses são cada vez mais atraídos pelas condições favoráveis que o regime lhes oferece: a garantia de investimento nos setores mais lucrativos, mão de obra barata e legislação liberal para aplicação de capitais. Assim, o processo de expansão capitalista, que se realiza sob a supremacia do capital industrial e financeiro, aprofunda a dependência do país.

Exercendo a função de fiel capataz das classes dominantes, o regime cumpre sua tarefa com zelo incomum; encarrega-se dos setores de infraestrutura (energia, transporte e comunicação); assume o papel de mediador das contradições no seio das classes dominantes em virtude da liderança da grande burguesia industrial e financeira (liquidação de pequenas empresas, pressões da burguesia industrial sobre o latifúndio); e impede pela força e pelo terror policial o exercício da liberdade política. O chamado modelo de desenvolvimento brasileiro consiste em promover o crescimento do lucro dos capitalistas nacionais e estrangeiros às custas da superexploração dos trabalhadores. São as massas assalariadas (principalmente a classe operária) que, submetidas ao arrocho salarial e à intensificação do tempo de trabalho, permitem a realização de enormes lucros pela burguesia e lhes possibilita a colocação de produtos competitivos no mercado mundial.

A exploração do proletariado, que se agrava a cada ano, se faz em primeiro lugar pela diminuição do salário real. Em um período de seis anos - de 1966 a 1971 - aumentou em quase 30% as horas de trabalho necessárias para o sustento da força de trabalho do operário (alimentação). Em segundo lugar, a exploração se faz pela intensificação do tempo de trabalho. Os operários forçados pela necessidade, trabalham dez, onze, ou mais horas por dia, a fim de enfrentarem as despesas que o salário não cobre. Para os patrões, quanto mais horas de trabalho melhor: com isso eles aumentam ainda mais os lucros, pois o valor da hora extra é muito pequeno em relação ao aumento de produção. O arrocho salarial obriga as famílias operárias a colocarem seus filhos na fábrica. Atualmente, a exploração do trabalho do menor e da mulher é feita em larga escala. Além disso, a implantação de uma tecnologia importada - baseada no uso intensivo de máquinas e equipamentos e de redução de mão de obra - faz com que o crescimento industrial não absorva uma grande parcela da população em condições de trabalho. Aumenta assim, o "cinturão da miséria" dos grandes centros industriais. A classe operária sofre ainda as consequências do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço que o governo criou para permitir a mobilidade e a "renovação" da mão de obra. Hoje em dia, um dos maiores problemas que afetam a classe, é a instabilidade no emprego, que atinge principalmente a mão de obra não qualificada. A facilidade em dispensar o trabalhador, leva as empresas a burlarem os reajustes salariais, demitindo os empregados beneficiados e contratando outros por salários inferiores.

No meio rural, onde as condições de vida sempre foram as piores da sociedade brasileira, a situação do povo é ainda mais aguda. O desenvolvimento industrial (o surgimento de novas fábricas e o aumento de produção) fez com que as propriedades agrícolas de baixa renda -

bilidade sejam forçadas a se modificarem para atender as necessidades de matéria prima e alimento para as cidades. Ao lado disso, a agricultura voltada para a exportação (cultivo de café, soja, cana de açúcar e frutas cítricas) exige igualmente formas de produção mais lucrativas, acarretando a modernização desses setores agrícolas considerados mais importantes. As grandes propriedades desses setores estão sendo transformadas em empresas rurais, através da mecanização da agricultura. Este avanço coletivo do capital do campo atinge profundamente os trabalhadores. Os proprietários, para reduzir os custos de produção, expulsam os colonos e moradores de suas terras. Isto se agrava ainda mais com a extensão da pecuária, incentivados pelos projetos de exportação do governo, diminuindo sensivelmente a ocupação de mão de obra. Milhares de trabalhadores passam a engrossar a categoria dos sub-proletários rurais, vivendo em vilas nas cidades do interior. Transformam-se em trabalhadores volantes ou diaristas, totalmente desprotegidos e com trabalho incerto. A proletarianização atinge também os pequenos proprietários e arrendatários. Muito frequentemente o pequeno proprietário é também um arrendatário ou diarista. Incapaz de competir com os grandes, sobretudo quando se trata de mecanizar e aumentar a produtividade, acaba sacrificando o que tem para pagar as dívidas. Sem nenhuma tradição de luta sindical, os trabalhadores rurais não estão nos sindicatos e nas organizações de classe (quem ainda frequenta o sindicato é o pequeno proprietário). Forçados a mudar constantemente de um lugar a outro, à procura de serviço e de melhores condições de vida, suas reações à situação, embora espontânea e sem continuidade, têm assumido um caráter explosivo em algumas regiões (na seca de 70 no Nordeste, em São Paulo e no Paraná).

Também os operários reagem à exploração da forma que podem. Hoje, enquanto lhes retiram os mínimos direitos, eles apresentam reações isoladas (e até individuais, de desespero) e as vezes organizadas, quando os patrões tentam burlar os últimos direitos elementares que lhes restam (em pagamento em dia do salário, por exemplo). Fundamentalmente a classe operária trava no dia a dia a luta surda de resistência à miséria, pela sobrevivência. A classe operária brasileira em sua imensa maioria, não tem consciência das causas e da origem de sua situação de miséria e exploração, e do caminho a seguir até sua libertação.

A inexistência de um movimento organizado e combativo da classe operária decorre fundamentalmente da inexperiência política, pois a grande maioria da classe é formada por operários jovens que nunca tiveram participação na luta política ou econômica, mesmo com o caráter reformista que elas possuíam antes de 64; decorre do esmagamento produzido pelas leis anti-operárias e do severo controle policial presente em cada fábrica e em cada sindicato; decorre do embrutecimento produzido pela superexploração, pois a classe operária é envolvida inteiramente pelas tarefas cada vez mais absorventes da produção na busca de um acréscimo de salário pelo prolongamento da jornada de trabalho; por último, a inexistência do movimento é consequência da falta de uma atuação política correta, através de um método justo, da parte dos revolucionários e das diferentes organizações políticas existentes. A atuação junto às massas da maioria dos partidos e organizações revolucionárias, é marcada por um trabalho político que não leva em conta a real situação subjetiva da classe operária e do povo brasileiro. Não partem do nível de consciência e das necessidades que o povo sente e persistem em atividades políticas estereotipadas, em um trabalho de agitação e propaganda fora do alcance da compreensão das massas. Seus métodos de trabalho e suas palavras de ordem vanguardistas e desligadas do mundo subjetivo das massas, não sensibilizam nem mobilizam. Por tudo isso, o ponto de partida da atividade revolucionária entre as massas exploradas está na definição e realização das tarefas que partem das suas necessidades mais sentidas e do seu nível de consciência e organização atual.

3-As Tarefas Dos Revolucionários

As tarefas centrais de todos revolucionários hoje em dia, são: 1) Fundir-se à luta de classes concreta, educar e organizar as massas exploradas; 2) Construir o partido revolucionário da classe operária - o verdadeiro partido comunista.

O despertar à mobilização e à organização dos trabalhadores, é o objetivo central de nosso trabalho junto às massas. Atualmente, a luta de classes nas fábricas está restrita a choques individuais dos operários contra os patrões, chefes e encarregados. Ocorre esporadicamente casos de lutas isoladas no campo e em algumas fábricas. Mas isso se dá de forma desorganizada. Somente as mobilizações às lutas serão capazes de difundir na classe operária as idéias de união e resistência aos patrões. A partir do crescimento dessas lutas, da luta de uma fábrica até a luta de toda classe, é que se conseguirá a interrupção do processo de superexploração e opressão em que se assentam toda base econômica e política da ditadura. Para cumprir seu papel junto às massas é necessário que os revolucionários apliquem um método justo. Esse método, a linha de massas, é decisivo para o sucesso do trabalho desde seu início. A base da atividade revolucionária junto às massas são as necessidades e problemas mais sentidos por ela e que são hoje, em sua maioria, a luta por melhores salários e por melhores condições de trabalho e de vida. O revolucionário marxista-leninista ao se fundir com o povo (na fábrica, no bairro proletário ou no meio rural) não vai com as soluções prontas. Ele vai com sua ideologia científica e com um método de trabalho guiado por dois princípios básicos: primeiro as necessidades do povo, que ele sente e não aquelas nascidas de sua imaginação. Segundo, as decisões que o povo toma e não aquelas que é tentado a tomar em seu lugar. Ele vai descobrindo o que fazer no processo do próprio trabalho, pois convivendo com a realidade terminará por encontrar o caminho certo a seguir. As diretivas gerais e fundamentais são importantes para orientar o rumo do trabalho. Porém o movimento se desenvolve e cresce através de todas pequenas medidas diárias, ditadas pelo bom senso e pelas necessidades do momento. Este bom senso se adquire com a prática e com a assimilação dos princípios do socialismo científico. Deste modo, convivendo com a realidade e captando a percepção que o povo tem dessa realidade, o revolucionário vai adquirindo um conhecimento vivo da situação. Fará então uma síntese provisória dos problemas e procurará devolvê-la ao povo em conversas, reuniões etc... Esta síntese inicial é como se fosse o motor de arranque; sua finalidade é desencadear o processo, agitar os problemas, dar o empurrão inicial, vencer a inércia do povo oprimido. O mais importante contudo, não é conhecer a realidade, mas agitar e fazer o povo discutir seus problemas, tomar consciência da situação, despertar. O revolucionário deve despertar os operários buscando sua educação e mobilização; deve saber que as lutas a serem travadas necessitam ser justas, ser desencadeadas no momento correto e terem a possibilidade de serem vitoriosas, além de contarem com o apoio da maioria. Esses princípios são importantes para que o trabalho possa dar frutos e somente quando forem inteiramente aplicados no movimento operário é que significará a sua passagem a uma etapa mais avançada. A partir do desenvolvimento das lutas econômicas - as lutas por melhores salários, condições de vida e de trabalho - a classe operária entrará em choque com a legislação e o poder ditatorial. Serão então dadas as condições para que os operários sintam a necessidade de terem uma atuação política. A partir dessa compreensão se conseguirá a condução correta da própria luta econômica. O desenvolvimento das lutas econômicas levará inevitavelmente a que a classe operária tome consciência que ela tem de se tornar uma força política atuante. E para que a classe operária possa ser uma força política atuante no país, é necessário que ela conte com seu partido - capaz de conduzi-la e educá-la política e ideologicamente dentro dos princípios corretos do socialismo científico e marxista-leninista.

A atividade revolucionária exigirá cada vez mais frequentemente, tomadas de posição proletárias, quando da ocorrência de lutas concretas. É nesse processo que se revelam as políticas consequentes entre as massas-que devem ser preparadas para serem militantes do partido-e, também são reveladas as qualidades dos próprios militantes que desenvolvem o trabalho. É esse processo correto de assimilação de militantes. É esse o processo correto de construção do partido na luta de classes. É necessário destacar, que as tarefas de educar e organizar as massas e construir o partido, são realizadas a partir de um determinado nível de consciência das massas e do proletariado. A educação política e ideológica é realizada introduzindo um elemento de "fora", mas dentro da luta concreta de classes-o revolucionário-que através da ideologia proletária científica, visa o desenvolvimento das condições subjetivas das massas (consciência política). Em nosso país, este é o elemento principal da atividade revolucionária. Portanto, a defesa do partido, de sua necessidade desde já, deve ser preocupação constante de todos os elementos que se dispõem a contribuir para a revolução. Só se desde já garantimos uma atuação ideológica proletária no movimento operário, mesmo nas suas lutas econômicas, é que asseguraremos os rumos corretos desse movimento e a construção de um verdadeiro partido comunista. Só a força organizada da classe operária será capaz de vencer as vacilações e receios de outras classes oprimidas e propiciar a união de todo povo na luta contra os opressores. Depende da mobilização e organização da classe operária, a possibilidade de uma frente de todas as classes e camadas interessadas na revolução. Por isso a prioridade para o trabalho revolucionário está hoje no seio do proletariado, principalmente junto aos operários dos grandes centros industriais. Esta prioridade do trabalho de fábrica não significa subestimar o trabalho nos bairros e vilas proletárias e no meio rural.

Ele é importante nos bairros operários não somente do ponto de vista estratégico-a acumulação de forças para futuras mobilizações, de desmontagem da ditadura e de base de apoio para o movimento operário-como do ponto de vista tático, hoje, auxiliando a construção do próprio movimento operário. No campo, a união e mobilização dos trabalhadores tem também importância correspondente para a luta contra a exploração e a pressão, como a luta dos operários na cidade. Além disso, o trabalho no campo preparará o terreno para a fusão das lutas de todo o povo brasileiro.

4-Necessidade Do Debate Político E Ideológico

Nós nos definimos hoje como uma organização partidária leninista que se guia pelo marxismo-leninismo e que luta pela construção do partido da classe operária. Esta posição que agora assumimos decorre da compreensão auto-crítica (sintetizada na primeira parte) do processo deformado do nosso desenvolvimento e das vicissitudes que nossa organização tem passado. A tarefa da construção do partido deve ser fruto do empenho de todos revolucionários. Os pontos de vista e posições se constituem dentro de nossa organização numa unidade político-ideológica inicial. Nós sabemos que a unidade somente em torno dessas concepções não é suficiente. É necessário um programa que unifique a prática de todos os que estão no trabalho de libertação de nosso povo. Conclamamos todos os companheiros e organizações para que cerrem fileiras conosco em torno das tarefas centrais aqui definidas e busquem através de uma luta ideológica-tendo como base o conhecimento e a fusão com a luta de classes-a elaboração de uma linha política justa. A elaboração de um programa mínimo de lutas específicas e imediatas é uma necessidade para a mobilização e unificação da luta de toda classe.

Porém esse programa mínimo de lutas, específico e imediato, só poderá ser o resultado do conhecimento concreto, amplo e profundo da situação do proletariado brasileiro. A nossa linguagem como a de todas outras organizações revolucionárias brasileiras é ainda muito débil e insuficiente, para que possamos traçar agora este programa. Sua elaboração deverá ser paulatina. Estamos convencidos de que a execução dessas tarefas

centrais junto às massas bem como a luta pela definição das questões programáticas da revolução brasileira devem ter a participação efetiva de todos aqueles que se empenham na luta pela libertação de nosso povo.

A D.N.P. da ALA VERMELHA

julho de 1973

INDICE

APRESENTAÇÃO	-----	p.5
CHILE : DA UNIDADE POPULAR A RESISTÊNCIA ANTI-FASCISTA	-----	p.6
A. Silva : A AGRICULTURA BRASILEIRA (LEITE)	-----	p.15
T. Gerhards e I. Matthis : O SISTEMA COLONIAL BRASILEIRO	-----	p.30
F. de Andrade : ESTRUTURA DA INDUSTRIA BRASILEIRA	-----	p.36
D.N.P. da ALA VERMELHA : CARTA POLÍTICA DE JULHO DE 1973	-----	p.44

LA ARENA TRAICIONADA

HE DE LLAMAR AQUI COMO SI AQUI ESTUVIERAN
 HERMANOS : SABED QUE NUESTRA LUCHA
 CONTINUARÁ EN LA TIERRA

CONTINUARÁ EN LA FÁBRICA, EN EL CAMPO,
 EN LA CALLE, EN LA SALITRERA.

EN EL CRÁTER DEL COBRE VERDE Y ROJO,
 EN EL CARBÓN Y SU TERRIBLE CUEVA.
 ESTARÁ NUESTRA LUCHA EN TODAS PARTES,
 Y EN NUESTRO CORAZÓN , ESTAS BANDERAS
 QUE PRESENCIARON VUESTRA MUERTE,
 QUE SE EMPAPARON EN LA SANGRE VUESTRA,
 SE MULTIPLICARÁN COMO LAS HOJAS
 DE LA INFINITA PRIMAVERA

PABLO NERUDA

COM A CHAMA DAS TRAIÇÕES PREPARARAM, DURANTE MUITO TEMPO, A CALDEIRA DO VENENO E DAS GRANDES AMARGURAS, ATÉ O DIA QUE MILHÕES DE ESCORPIÕES NAZISTAS VIERAM SE ARRASTANDO EM DIREÇÃO DA TERRA, E AGORA, NO NAUFRÁGIO DO MAR, APARECEM SUAS CABEÇAS INUNDAS. ELAS SURGEM EM Nossas FRONTEIRAS E AVANÇAM PARA NOSSA TERRA, QUERENDO MARCA-LA COM O TRAÇADO DE SUA BABA SANGRENTA.

PABLO NERUDA

CONTRA A JUNTA FASCISTA,
CONTRA A DITADURA,
CAMARADA PABLO NERUDA,
ESTAMOS PRESENTES.

OS QUE ACOMPANHARAM O
ENTERRO DE PABLO
NERUDA